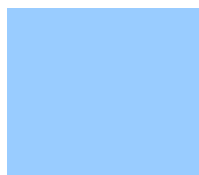
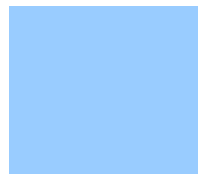
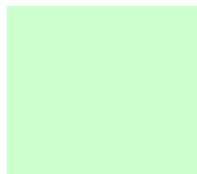




Relatório de Gestão



2006
Câmara Municipal de **Odivelas**





Índice

<i>Preâmbulo</i>	1
<i>Introdução</i>	6
1. Organização Municipal	7
a) Estrutura Política	7
b) Macro Estrutura Organizativa	8
2. Recursos Humanos	9
a) Estrutura	9
b) Formação	11
c) Custos com o Pessoal	12
3. Execução Orçamental	14
a) Análise do Orçamento e Grandes Opções do Plano	14
b) Análise das Modificações ao Orçamento Inicial	17
I. Modificações ao Orçamento de Receita	18
II. Modificações ao Orçamento de Despesa	18
III. Modificações às Grandes Opções do Plano	18
IV. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	19
c) Estrutura da Receita	20
I. Execução da Receita	20
II. Evolução da Receita	22
d) Estrutura da Despesa	25
I. Execução da Despesa	25
II. Evolução da Despesa	26
III. Execução das Grandes Opções do Plano	27

**Índice** (Continuação)

e) Execução da Despesa por Funções	29
I. Execução das Grandes Opções do Plano por Funções	29
II. Execução do Plano Plurianual de Investimentos por Funções	31
III. Transferências e Subsídios Concedidos	32
4. Análise Patrimonial	34
a) Evolução da Situação Económica e Financeira	34
I. Análise do Balanço (Estrutura e Evolução)	34
II. Análise da Demonstração de Resultados (Estrutura e Evolução)	37
b) Dívida do Município	39
I. Estrutura e Evolução do Stock da Dívida	39
II. Estrutura e Evolução do Serviço da Dívida	40
III. Evolução da Capacidade de Endividamento	40
5. Indicadores de Gestão	42
a) Indicadores de Natureza Orçamental	42
I. Rácios da Estrutura da Receita	42
II. Rácios da Estrutura da Despesa	42
III. Rácios Financeiros	43
b) Indicadores de Natureza Patrimonial	44
I. Rácios da Estrutura do Balanço	44
II. Indicadores de Gestão Patrimonial	45
6. Aplicação dos Resultados	46
a) Proposta	46



Preâmbulo

O presente relatório enquadra-se no âmbito da prestação de contas do exercício de 2006. Este documento permite analisar os meios envolvidos, a execução dos mesmos e a situação patrimonial final do Município em 31.12.2006.

Ao nível da receita do exercício verifica-se que a mesma apresenta uma evolução positiva por comparação com o ano anterior. Apesar de em termos nominais apresentar um aumento de 210 mil euros, que se pode considerar tímido, a receita total cobrada apresenta uma melhoria tendo passado de uma execução de 51,3% para 56,5% (mais 5,2%). Este comportamento positivo é alicerçado pelo aumento de 11,2% ao nível das receitas correntes, que corresponde a um aumento nominal de 4,6 milhões de euros, evolução que compensou a diminuição de 4,4 milhões de euros registada ao nível das receitas de capital (menos 36,6%) que no ano de 2005. Importa ainda salientar que a diminuição, registada ao nível das receitas de capital, 2,3 milhões de euros respeitam a passivos financeiros, o que significa que apesar da quebra da receita não foram aumentados os passivos financeiros o que é positivo em termos patrimoniais.

A sustentação da actividade do Município de Odivelas resulta, essencialmente, da afectação das receitas correntes, que por si só representam 72,7% do total das receitas cobradas. Neste contexto, considera-se de grande significado o aumento de 18,8% registado na rubrica de impostos directos, que é a mais representativa das receitas correntes. Assim, ao nível dos impostos directos destaca-se o aumento de 1,8 milhões de euros no IMI (mais 16,8%) e 2,0 milhões de euros no IMT (mais 24,9%), comportamento que, considerando a base de incidência dos dois impostos, é indicativo de que há cada vez mais pessoas a procurar o território de Odivelas para viver.

Ainda sobre os impostos directos importa salientar o aumento de 14,6% na cobrança da derrama, evolução bastante positiva tendo em conta que a Câmara Municipal de Odivelas, apostada que está na criação de condições de atractivas para a fixação de empresas no Concelho, tem vindo a baixar a taxa de derrama. Assim, mesmo baixando a taxa de derrama, a cobrança de derrama subiu, o que pode significar que as empresas instaladas estão a obter mais lucros e/ou que estão a instalar-se mais empresas no território de Odivelas.

Ao nível da despesa total a mesma apresenta um decréscimo de 3,7%, por comparação com o exercício de 2005, sendo que o ano 2005 havia registado um aumento de 16,32% por comparação com 2004. O grau de execução orçamental global da despesa situou-se nos 54,2% enquanto que no ano anterior este valor era de 51,3%. A evolução descrita vem demonstrar o esforço efectuado pelo actual executivo no sentido de controlar a despesa global do Município.

Em termos de despesa a rubrica com maior expressão é a de despesas com pessoal que representou 35,1% do total executado em termos de despesa, valor que era 32,9% no ano anterior. Em termos de variações um aumento



de 34,7% ao nível dos Juros e Outros Encargos, situação que põe em evidência o montante global do portefólio de empréstimos bancários que se encontram em amortização e o aumento generalizado das taxas de juro com o correspondente impacto nos custos suportados pelo Município de Odivelas.

Ao nível das Grandes Opções do Plano, que representam a intervenção da Câmara Municipal de Odivelas, verifica-se uma execução de 46,4% que é ligeiramente superior à do ano anterior que ficou nos 43,5%, facto que evidencia a manutenção dos níveis de intervenção do Município no Concelho.

Ao nível das Transferências e Subsídios Concedidos destaca-se o montante inerente ao desenvolvimento do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia que se situou nos 6.634.450,32 €, valor que possibilitou a boa execução no terreno das importantes competências delegadas nas Juntas de Freguesia. Destaca-se também a transferência de 860.855,23 € para as Associações de Bombeiros do Concelho. Saliencia-se ainda os subsídios concedidos às duas empresas municipais no montante global de 1.642.452,91 €, montante que permitiu a colocação de uma nova cobertura na piscina municipal, criando, desta forma, as condições necessárias a uma adequada e digna prestação de serviços junto dos Municípios, possibilitando também o forte incremento da actividade de cultura a cargo da empresa municipal Odivelcultur, cujos números de espectadores e de iniciativas espelham uma mudança muito positiva na gestão deste importante veículo de transmissão cultural.

Em termos patrimoniais verifica-se o aumento do Activo em cerca de 8 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 2% face a 2005 e um aumento do Capital Próprio na ordem dos 3 milhões de euros que assim regista também um acréscimo de 2% face ao ano anterior.

Ao nível do Passivo o mesmo apresenta um acréscimo de aproximadamente 5 milhões de euros, resultado do aumento verificado ao nível das dívidas a terceiros.

O Resultado Líquido do Exercício de 2006 situou-se nos 2.749.392,06 €, apresentando uma redução de 47,5% se comparado com o resultado do exercício anterior.

Ao nível da actividade municipal o ano de 2006 foi marcado por um enorme esforço de reorganização das estruturas da Câmara Municipal de Odivelas.

Neste contexto destaca-se a aprovação do Novo Regulamento Orgânico e Macro Estrutura do Município de Odivelas, na 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 19 de Janeiro de 2006 com publicação em Diário da Republica no dia 7 de Março. Regulamento que veio agilizar a estrutura orgânica do Município.



Implementação de uma nova política de instalações dos serviços, que proporcionou a instalação de serviços em espaços com melhores condições, a concentração de alguns serviços reduzindo a sua dispersão por vários espaços e a redução de custos com arrendamento destinados à instalação dos serviços.

Reformulação dos sistemas de impressão à escala da Instituição com a substituição progressiva de impressoras jacto de tinta de utilização individual por impressoras laser partilhadas através da rede informática.

Projecto "Odivelas de Excelência" que se traduz na adopção de ferramentas de apoio à gestão, Balanced Scorecard – Planeamento Autárquico; SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública; CAF – Common Assessment Framework (aplicação do modelo de auto-avaliação a vários serviços da CMO).

No âmbito de uma política de rigor e transparência salienta-se a realização da primeira auditoria interna às contas do Município, destinando-se a mesma ao apuramento das responsabilidades financeiras da Câmara Municipal de Odivelas face a terceiros reportado à data de 31.12.2005.

Centralização da função aprovisionamento numa única unidade orgânica, a Divisão de Aprovisionamento, permitindo um maior controlo sobre esta importante função, possibilitando responder de forma atempada a todas as aquisições de bens e serviços solicitadas pelos serviços da Câmara Municipal de Odivelas. Foram transferidas para esta unidade todas as actividades relacionadas com o processo aquisitório, anteriormente dispersas por todos os serviços do Município.

Participação do Município de Odivelas no projecto-piloto de Compras Electrónicas da Área Metropolitana de Lisboa, que possibilitará obter ganhos substanciais na aquisição de bens, uma vez que, as transacções são efectuadas à escala da Área Metropolitana de Lisboa.

Implementação do pagamento por transferência bancária à generalidade dos fornecedores do Município.

Ao nível da gestão de recursos humanos destaca-se a aprovação do novo Regulamento de Horário de Trabalho e a implementação do novo Sistema de Avaliação de Desempenho – SIADAP, ferramentas indispensáveis a uma nova gestão de Recursos Humanos.

Apesar de o ano de 2006 ter sido um ano de dificuldades, com a correspondente necessidade de grande contenção e rigor orçamental, a Câmara Municipal continuou o nível de investimento e de actividade em várias áreas, compatibilizando os recursos disponíveis com as necessidades mais prementes.



Ao nível do investimento e actividades municipais destacam-se algumas das mais significativas:

- Lançamento da construção do Empreendimento Habitacional de 64 fogos destinados a famílias no âmbito do PER, localizado na Arroja, Freguesia de Odivelas, que teve o seu início concreto em 2 de Janeiro de 2006;
- Conclusão da construção do Empreendimento Habitacional de Custos Controlados constituído por 28 fogos, áreas comerciais e estacionamento, localizado na Rua António Laureano, Freguesia de Odivelas;
- Realização de 41 realojamentos, sendo: 11 em fogos do parque habitacional municipal; 7 no empreendimento habitacional na Rua António Laureano; 23 realojamentos provisórios no âmbito do PER (Bairro da Amorosa, Freguesia de Odivelas);
- Desenvolvimento do Empreendimento Habitacional da Rua da Pinheira (Freguesia de Famões) para construção de 20 fogos de Custos Controlados para venda a jovens entre os 18 – 39 anos residindo ou trabalhando no concelho de Odivelas;
- Lançamento do Plano Municipal de Saúde e do Plano de Prevenção das toxicodependências;
- Intervenção, desobstrução e limpeza das linhas de água do Concelho, tendo no ano de 2006 sido objecto de actuação por parte da CMO o rio da costa (89.000,00), Ribeira das Dálías (89.000,00), Ribeira da Paiã (22.228,00), Ribeira de Famões (15.351,00) Ribeira de Odivelas (23.740,50) e Ribeira da Póvoa (31.371,67);
- Legalização dos Bairros de génese ilegal do Casal da Torre (Caneças) e da Milharada (Pontinha) e entrega dos competentes Alvarás de Loteamento e acompanhamento da generalidade dos Bairros com vista à sua legalização;
- Início da discussão preventiva do PDM de Odivelas que se alicerçou em duas vertentes: seminários temáticos e um ciclo de discussão preventiva do anteprojecto do PDM durante os meses de Setembro e Outubro nas sete freguesias, envolvendo cerca de 700 participantes. Estes fóruns de cidadania foram acompanhados de exposições itinerantes sobre o Plano Director Municipal e de uma revista informativa sobre o Plano;
- Realização de obras nas diversas Escolas, mercados, vias de comunicação, instalações municipais e espaços urbanos e construção de mais três refeitórios Escolares e o alargamento do serviço de refeições a todas as Escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância;
- Adesão ao programa Táxi e Seguro;
- Início do Plano de Sinalética Direccional nas Freguesias do Município;
- Conclusão do novo parque de Máquinas e Viaturas Municipais;
- O Complexo das Piscinas Municipais recebeu um investimento de 450.000 euros, que permitiu realizar diversas obras de beneficiação, passando a dispôr de três tanques que permitem ministrar aulas de piscina desportiva, hidroterapia, hidromassagem, natação pré e pós parto;
- Início de lavagem mecânica das ruas do Concelho;
- Aquisição de novas bancadas para os Deputados Municipais nas Sessões da Assembleia Municipal: uma pretensão que tinha 4 anos e que foi concretizada em sete meses;
- Início do processo de partilha técnica dos SMAS;
- Pagamento aos SMAS da dívida encontrada, no montante de cerca de 1.250.000,00€;



- Realização de 647.500,00 € referente ao capital social da SIMTEJO, que passou a ser de 1.354.500,00 €;
- Celebração de Memorando de entendimento comum de transferência dos terrenos do Governo civil para o Município de Odivelas;
- Candidatura aos julgados de paz para o Município de Odivelas;
- Aplicação do Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia em 2006, com transferências financeiras no montante de 6.075.694,81 euros e a atribuição de uma verba de 500.000 €, para acordos adicionais que resultaram na feitura de um conjunto de intervenções e equipamentos nas nossas freguesias;
- Celebração com a DGAL e a CCDR do Contrato - Programa para a construção da Escola Básica/Jardim de Infância de Famões (a co-participação do Governo é de 895.510,00 €);
- Candidatura ao Programa do Ministério da Educação de promoção da Generalização do Inglês e Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1º ciclo do Ensino Básico. Esta candidatura foi aprovada e permite ter a funcionar nas escolas de 1º ciclo um conjunto de actividades extra-curriculares que irão dotar as nossas crianças de novas capacidades em vários domínios;
- Conclusão do apetrechamento informático de todas as escolas básicas e ligação à Internet e intranet que integram mais de 6.000 alunos, 226 salas de aula e que inclui 1 computador por sala, uma impressora e um pacote de software educativo;
- Pagamento de todos os subsídios em atraso, ao Movimento Associativo do Concelho, no montante de cerca de 300 mil euros.

Para o ano de 2007 haverá a necessidade de manutenção de uma gestão rigorosa que permita, com a afectação de menos recursos, obter os mesmos resultados ou, com a afectação dos mesmos recursos, obter mais e melhores resultados.

Para finalizar, salientamos o esforço e dedicação de todos os colaboradores desta Câmara Municipal, dos nossos Dirigentes e Responsáveis Municipais, a quem reiteramos o nosso reconhecimento, com a certeza que continuarão a dar o melhor de si na melhoria da qualidade do serviço prestado aos nossos munícipes.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Susana de Carvalho Amador)



Introdução

Este relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. No mesmo é efectuada uma análise económica, financeira e orçamental dos documentos que constituem o processo de prestação de contas do exercício de 2006.

O documento segue de perto a estrutura preconizada pelo POCAL, encontrando-se estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro dedicado à organização municipal. O segundo capítulo faz uma abordagem aos Recursos Humanos, o terceiro e quarto capítulos analisam a execução orçamental e a parte patrimonial respectivamente. No quinto capítulo são apresentados os principais indicadores de gestão e, por último, o sexto capítulo avança com uma proposta de aplicação dos resultados a submeter à aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.



Organização Municipal

1

A Câmara Municipal de Odivelas é sustentada em termos organizacionais por duas estruturas, uma política e outra administrativa.

a)

Estrutura Política

A estrutura política assenta em dois órgãos, um com funções executivas, a Câmara Municipal e outro com funções deliberativas e fiscalizadoras da actividade municipal, a Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal de Odivelas é constituída por onze membros, um Presidente e dez Vereadores. Compete ao quadro executivo um complexo número de competências delegadas e responsabilidades de acordo com a estratégia definida e propriedades estabelecidas.

A Assembleia Municipal é composta por 40 membros, sendo 33 eleitos directamente e 7 inerentes (Presidentes de Juntas de Freguesia).

A sua composição política apresenta-se assim:

Quadro n.º 1

Câmara Municipal	N.º	Assembleia Municipal	N.º
PS	4	PS	15
CDU	4	CDU	12
PPD/PSD	3	PPD/PSD	11
BE	-	BE	2
TOTAL	11	TOTAL	40

b) Macro Estrutura
Organizativa

O modelo organizativo adoptado pela Câmara Municipal de Odivelas foi alvo de uma revisão, deliberada na 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 19 de Janeiro de 2006, tendo sido aprovado o novo Regulamento Orgânico e Macroestrutura do Município de Odivelas, no exercício das competências previstas no artigo 53.º, n.º 2, alínea a) e n), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Tratando-se de dois instrumentos fundamentais à prossecução das atribuições do município e face ao disposto no artigo 11.º, n.º 2, do Decreto Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, os mesmos foram publicados em Diário da República, no dia 7 de Março de 2006, passando a vigorar a partir desta data.

Os Serviços Municipais estão organizados da seguinte forma:

- Gabinetes Municipais: Unidades orgânicas de apoio aos Órgãos Municipais, de natureza técnica ou administrativa;
- Departamentos: Unidades de coordenação e de gestão de recursos de actividades;
- Direcção de Projecto: Unidade de coordenação que engloba um conjunto de competências tendo por objectivo a reconversão de áreas territoriais e específicas;
- Divisões: Unidades técnicas de execução;
- Sectores: Unidades orgânicas de carácter predominantemente técnico.
- Secções: Unidades orgânicas de carácter administrativo, técnico ou logístico que agregam actividades instrumentais nas áreas técnicas do sistema de gestão municipal;



Recursos Humanos

2

a) Estrutura

A 31.12.2006 a Câmara Municipal de Odivelas contava com 938 funcionários distribuídos de acordo com o quadro abaixo.

Quadro n.º 2
Contagem de efectivos segundo o grupo profissional, sexo e relação jurídica de emprego

Relação Jurídica	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operário	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
Total de Efectivos	M	21	73	11	7	58	44	34	77	41	366
	F	23	166	4	13	60	191	3	89	23	572
	T	44	239	15	20	118	235	37	166	64	938
Nomeação	M	16	71	11	7	58	43	28	72	1	307
	F	20	156	4	13	60	188	3	79	1	524
	T	36	227	15	20	118	231	31	151	2	831
Contrato administrativo Provimento	M		2								2
	F		2								2
	T	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Contrato de trabalho a termo certo	M							6	3		9
	F		6						9		15
	T	0	6	0	0	0	0	6	12	0	24
Prestação de Serviços	M									30	30
	F									12	12
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	42	42
Requisição ou destacamento	M	5							2	1	8
	F	3	2				3			2	10
	T	8	2	0	0	0	3	0	2	3	18
Outras situações	M						1			9	10
	F								1	8	9
	T	0	0	0	0	0	1	0	1	17	19

Da análise do quadro n.º 2 verifica-se que o grupo profissional mais representativo é o Técnico Superior seguido do Administrativo, correspondendo a 25,5% e 25,1% do total dos funcionários, respectivamente.

Os grupos profissionais Operário, Auxiliar e Outros Grupos representam, em conjunto, 28,5% do total dos trabalhadores, enquanto que o Pessoal Dirigente, Técnico Superior, Informático, Técnico, Técnico Profissional e Administrativo corresponde, no seu conjunto, a 71,5%.

O quadro seguinte apresenta os efectivos por escalão etário, onde se pode verificar que 85,29% dos trabalhadores têm entre 25 e 49 anos de idade, o que vem comprovar a juventude do quadro de pessoal do Município de Odivelas.



Quadro n.º 3
Contagem de efectivos segundo o escalão etário

Faixas Etárias	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operário	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos	M	21	73	11	7	58	44	34	77	41	366
	F	23	166	4	13	60	191	3	89	23	572
	T	44	239	15	20	118	235	37	166	64	938
até 18 anos	M										0
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18 - 24	M			1			1	2	3	1	8
	F					1	4		1		6
	T	0	0	1	0	1	5	2	4	1	14
25 - 29	M		8	5		13	8	2	10	8	54
	F	1	24		5	11	39		10	5	95
	T	1	32	5	5	24	47	2	20	13	149
30 - 34	M	3	27	2	3	15	17	3	9	4	83
	F	6	68		4	19	59		8	6	170
	T	9	95	2	7	34	76	3	17	10	253
35 - 39	M	1	17	3	3	7	7	3	7	5	53
	F	6	40	1	3	13	41	1	7	6	118
	T	7	57	4	6	20	48	4	14	11	171
40 - 44	M	7	6	0		7	2	12	10	2	46
	F	5	18	3	1	6	22	1	22	2	80
	T	12	24	3	1	13	24	13	32	4	126
45 - 49	M	6	8			10	4	3	17	9	57
	F	4	10			9	9		10	2	44
	T	10	18	0	0	19	13	3	27	11	101
50 - 54	M	4	6			4	3	4	11	6	38
	F	1	4			1	12		13	1	32
	T	5	10	0	0	5	15	4	24	7	70
55 - 59	M		1		1	1	2	4	9	4	22
	F		1				5		9	1	16
	T	0	2	0	1	1	7	4	18	5	38
60 - 64	M					1		1	1	1	4
	F		1					1	9		11
	T	0	1	0	0	1	0	2	10	1	15
70 ou mais	M									1	1
	F										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Médias de Idades	M	43,67	37,07	30,09	37,71	37,60	35,95	42,53	42,16	42,22	39,36
	F	38,74	35,28	40,75	32,00	35,57	35,59	47,00	44,35	36,35	37,03
	T	41,09	35,83	32,93	34,00	36,57	35,66	42,89	43,33	40,11	37,94

O quadro n.º 4 apresenta a estrutura habilitacional dos efectivos da Câmara Municipal de Odivelas. Da análise realizada verifica-se que 69,62% do total dos funcionários apresenta um nível de escolaridade superior a 12 anos, sendo que 40,51% do universo de funcionários do Município detém uma habilitação literária ao nível da licenciatura



ou superior. Esta realidade confirma que o Município de Odivelas conta com um quadro de pessoal com um bom nível de habilitações académicas.

Quadro n.º 4
Estrutura habilitacional

Nível de Escolaridade	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operário	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos	M	21	73	11	7	58	44	34	77	41	366
	F	23	166	4	13	60	191	3	89	23	572
	T	44	239	15	20	118	235	37	166	64	938
menos de 4 anos de escolaridade	M								1		1
	F								1		1
	T	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
4 anos de escolaridade (4ª classe)	M					1	1	11	25		38
	F							1	27		28
	T	0	0	0	0	1	1	12	52	0	66
6 anos de escolaridade (ciclo preparat.)	M						1	14	20	3	38
	F						1	1	11		13
	T	0	0	0	0	0	2	15	31	3	51
9 anos de escolaridade (obrigatório)	M					8	3	7	25	6	49
	F					1	21	1	36		59
	T	0	0	0	0	9	24	8	61	6	108
11 anos de escolaridade	M					3	8	2	1		14
	F					6	31		6	1	44
	T	0	0	0	0	9	39	2	7	1	58
12 anos de escolaridade	M			1		19	21		4	7	52
	F			3		18	101		7	3	132
	T	0	0	4	0	37	122	0	11	10	184
Curso Médio (profissional)	M			4		24	1		1	1	31
	F					28	7			2	37
	T	0	0	4	0	52	8	0	1	3	68
Bacharelato	M				4	1				3	8
	F			1	8	2	2				13
	T	0	0	1	12	3	2	0	0	3	21
Licenciatura	M	20	68	6	3	2	9			19	127
	F	21	161		5	5	28		1	17	238
	T	41	229	6	8	7	37	0	1	36	365
Mestrado	M		5							2	8
	F		5								7
	T	3	10	0	0	0	0	0	0	2	15

b) Formação

No quadro abaixo, apresenta-se o nível de participação em acções de formação dos funcionários da CMO. Do mesmo, verifica-se que existe uma preponderância das formações internas sobre as formações externas, situação que decorre da parceria existente entre o Município de Odivelas e o CEFA, que sendo um organismo de referência na formação da Administração Local garante um bom nível de qualidade nas formações ministradas.

Considerando o número total de funcionários (938), a disponibilização de 852 acções de formação significa que a CMO coloca à disposição dos seus funcionários formação profissional em qualidade e quantidade, possibilitando por esta via a actualização e o desenvolvimento de competências dos funcionários.



Quadro n.º 5

Participação em acções de formação

Tipo de Acção	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operário	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
Total das Participações	M	21	59	0	7	37	43	14	23	1	205
	F	26	195	0	16	51	234	3	114	8	647
	T	47	254	0	23	88	277	17	137	9	852
Acções internas	M	17	49		5	37	43	14	23	1	189
	F	20	181		15	51	232	3	114	5	621
	T	37	230	0	20	88	275	17	137	6	810
Acções externas	M	4	10		2						16
	F	6	14		1		2			3	26
	T	10	24	0	3	0	2	0	0	3	42

c)

Custos com o Pessoal

No quadro n.º 6 é apresentada uma análise comparativa, em termos de execução orçamental das rubricas de pessoal, para os anos 2005 e 2006.

Verifica-se ter existido um aumento de 2,6% (€ 461.371,98) relativamente à despesa paga, em custos com o pessoal, por comparação com o exercício de 2005.

Ao nível das Remunerações Certas e Permanentes, apesar do aumento dos vencimentos em 1,5%, esta rubrica apresenta uma diminuição de execução na ordem dos € 239.367,09. Para este comportamento contribuíram as diminuições registadas nas rubricas de Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos, menos € 69.771,07, resultado da diminuição do número de Vereadores com Pelouro atribuído, diminuição da rubrica de Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença, consequência da redução do número de pessoal contratado nestes regimes, menos € 289.618,81, na rubrica de Pessoal em qualquer outra situação, menos € 209.860,29, Despesas de Representação, menos € 13.312,75 e Remunerações por Doenças e Maternidade/Paternidade com menos € 50.424,52.

Ao nível dos Abonos Variáveis ou eventuais esta rubrica apresenta também uma diminuição, no caso de € 113.687,28, contribuindo para esta evolução a diminuição de 31,10% (€ 103.100,99) na rubrica de Horas Extraordinárias ao fim de semana e em dias de descanso semanal, diminuição de € 72.444,02 na rubrica indemnizações por Cessação de funções e os aumentos das rubricas Outros Suplementos e Prémios, mais € 28.696,09, e € 25.255,94 ao nível da rubrica Outros Abonos em Numerário ou Espécie que contempla o pagamento de trabalho extraordinário à semana.



Quadro n.º 6
Custos com o Pessoal

(em euros)

	2005	2006	Variação
Despesas com o Pessoal	17.584.994,91	18.046.366,89	2,6%
Remunerações certas e permanentes	14.715.299,04	14.475.931,95	-1,6%
Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos	329.925,96	260.154,89	-21,1%
Pessoal dos Quadros - Regime de Função Pública	9.408.366,14	9.768.889,39	3,8%
Pessoal Contratado a Termo	190.295,10	199.777,65	5,0%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	1.149.056,04	859.437,23	-25,2%
Pessoal aguardando aposentação	7.167,96	7.479,82	4,4%
Pessoal em qualquer outra situação	520.363,44	310.503,15	-40,3%
Representação	168.458,08	155.145,33	-7,9%
Suplementos e Prémios	7.475,10	0,00	-100,0%
Subsídio de Refeição	786.723,26	798.961,07	1,6%
Subsídio de Férias e Natal	1.825.615,49	1.844.155,47	1,0%
Remunerações por Doenças e Maternidade/Paternidade	321.852,47	271.427,95	-15,7%
Abonos variáveis ou eventuais	899.341,20	785.653,92	-12,6%
Horas Extraordinárias	331.609,78	228.508,79	-31,1%
Alimentação e Alojamento	18,30	0,00	-100,0%
Ajudas de Custo	7.917,55	9.931,14	25,4%
Abono para Falhas	6.872,77	7.431,44	8,1%
Subsídio de Turno	75.357,23	80.708,97	7,1%
Indemnizações por Cessação de funções	138.602,83	66.158,81	-52,3%
Outros Suplementos e Prémios	79.283,70	107.979,79	36,2%
Outros Abonos em Numerário ou Espécie	259.679,04	284.934,98	9,7%
Segurança social	1.970.354,67	2.784.781,02	41,3%
Encargos com a Saúde	118.024,16	596.565,32	405,5%
Outros Encargos com a Saúde	160.972,12	184.774,22	14,8%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	90.608,14	101.646,26	12,2%
Outras Prestações Familiares	7.611,84	545,17	-92,8%
Contribuições para a segurança social	1.347.528,55	1.714.813,30	27,3%
Seguros	245.609,86	186.436,75	-24,1%

Ao nível da Segurança Social verifica-se um aumento de 41,30% (mais € 814.426,35) dos pagamentos por comparação com igual período do exercício anterior. Para este comportamento contribuíram decisivamente as rubricas de Encargos com a saúde com um aumento de 405,50% (mais € 478.541,16) onde se registam os pagamentos efectuados à ADSE e a rubrica Contribuições para a segurança social com um aumento de 27,30% (mais € 367.284,75), rubrica onde se repercutiu o aumento verificado nas contribuições para a Caixa Geral de Aposentações que passaram de 10% para 13%.



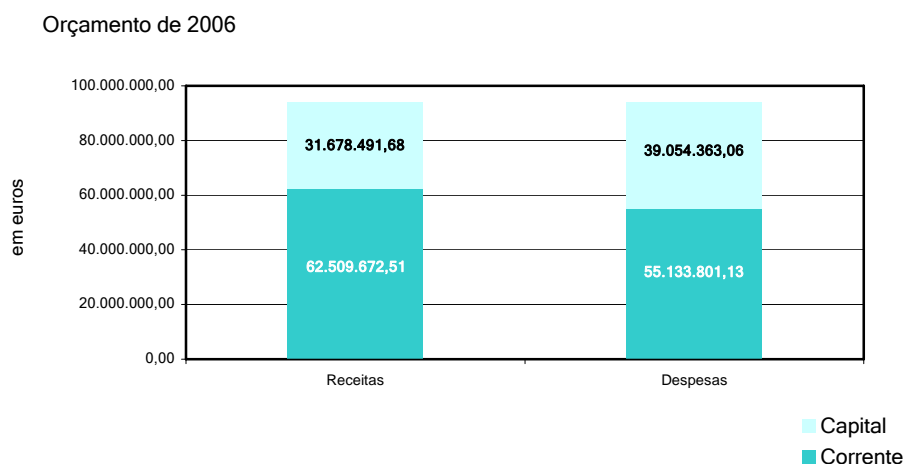
Execução Orçamental

3

a) Análise do Orçamento e
Grandes Opções do Plano

Na primeira Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, no dia 11 de Abril de 2006, foram aprovados pelo órgão executivo eleito os Documentos Previsionais para 2006, num total de Receitas e Despesas de 94.188.164,19 €. Estes mesmos Documentos foram aprovados, no dia 20 de Abril de 2006, na 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, em relação à receita, 62.509.672,51 € são receitas correntes e 31.678.491,68 € são receitas de capital. Em termos percentuais as receitas correntes representam 66,37% e as de capital 33,63%, do total do orçamento de receita.



Do lado da Despesa, as despesas correntes totalizam 55.133.801,13 € enquanto que as de capital representam 39.054.363,06 €, correspondendo a 58,54% e 41,46% do valor total de orçamento, respectivamente. Desta mesma grandeza 69.994.183,38 € está afectada às Grandes Opções do Plano e 30.536.220,62 € ao Plano Plurianual de Investimentos.



O quadro n.º 7 mostra de forma sintetizada a evolução dos Documentos Previsionais, na sua vertente orçamental:

Quadro n.º 7
Orçamento e GOP's

	2004	2005	2006
Grandes Opções do Plano	67.911.216,41	78.004.694,89	69.994.183,38
Orçamento	33.152.293,59	25.757.305,11	24.193.980,81
Total do Orçamento e GOP's	101.063.510,00	103.762.000,00	94.188.164,19

Verifica-se que o valor total do orçamento e GOP's de 2006 registou uma diminuição por comparação com os documentos previsionais de 2004 e 2005, salientando-se a diminuição de 10% de 2005 para 2006.

Nas **Grandes Opções do Plano** estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de Odivelas, constituindo o elemento principal e estruturante desta gestão autárquica. Revestem uma natureza programática, num período de 4 anos, enunciando as actividades mais relevantes a desenvolver num plano de médio prazo.

No quadro seguinte as GOP encontram-se desagregadas de acordo com a classificação funcional:

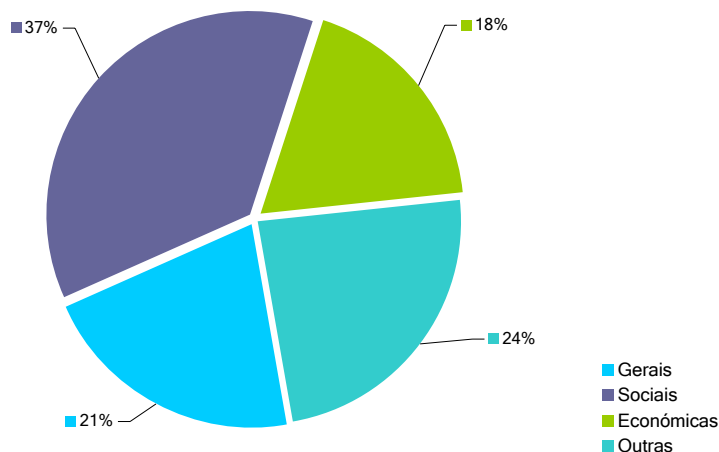
Quadro n.º 8
Estrutura Funcional - GOP's

Funções	Designação	Dotação
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	13.317.966,03
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	1.487.001,04
Total		14.804.967,07
Sociais	2.1. Educação	6.129.234,46
	2.2. Saúde	612.393,23
	2.3. Segurança e Acção Sociais	1.445.793,67
	2.4. Habitação e Serviços Colectivos	13.973.199,84
	2.5. Culturais, Recreativos e Religiosos	3.465.079,67
Total		25.625.700,87
Económicas	3.2. Indústria e Energia	1.507.062,01
	3.3. Transportes e Comunicações	7.169.614,58
	3.4. Comércio e Turismo	760.642,60
	3.5. Outras Funções Económicas	3.329.231,18
	Total	
Outras	4.1. Operações da Dívida Autárquica	5.487.643,62
	4.2. Transferências entre Administrações	6.864.598,56
	4.3. Diversas não especificadas	4.444.722,89
Total		16.796.965,07
Valor Total das GOP'S		69.994.183,38

(em euros)



Orçamento por Funções



Dentro das funções "Sociais", no objectivo *Habitação e Serviços Colectivos*, salientam-se os valores inscritos para o arranque da 1.ª Fase do Empreendimento Habitacional da Arroja – 64 fogos, destinado ao Programa Especial de Realojamento (PER), de famílias que habitavam em casas degradadas da zona envolvente ao empreendimento, que totalizou 3.214.404,00 €.

Na função "Outras", destacam-se também as dotações afectas ao *Projecto Integrado de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Odivelas* (PROQUAL), que totalizaram 4.444.722,89 €, bem como o esforço para manter exequível o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, com a actualização das respectivas transferências financeiras e a atribuição de uma verba de 500.000 €, para acordos adicionais, pelo que as dotações para transferências entre administrações totalizaram 6.864.598,56 €.

Por último, salienta-se que em encargos de dívida à banca, entre juros e amortizações, figura uma dotação de 4.600.000,00 €, que representa, relativamente ao ano transacto, um aumento de cerca de 2.500.000,00 €.

O **Plano Plurianual de Investimentos** é uma parte integrante das Grandes Opções do Plano, com uma periodicidade de 4 anos, incluindo os projectos e acções a realizar na estratégia delineada pela autarquia. O PPI reflecte as despesas orçamentais de investimento (conta 07 – Investimentos), sendo, por esta razão, importante analisar a sua composição. No quadro n.º 9 são apresentadas as dotações que constituem o PPI, para o ano em análise, estruturadas segundo a classificação por funções:



Quadro n.º 9
Estrutura Funcional - PPI

Funções	Designação	Dotação
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	3.621.557,69
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	212.805,38
Total		3.834.363,07
Sociais	2.1. Educação	3.241.796,12
	2.2. Saúde	402.000,00
	2.3. Segurança e Acção Sociais	649.361,61
	2.4. Habitação e Serviços Colectivos	9.035.483,18
	2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.317.948,14
Total		14.646.589,05
Económicas	3.2. Indústria e Energia	409.353,91
	3.3. Transportes e Comunicações	6.894.758,40
	3.4. Comércio e Turismo	489.133,30
	3.5. Outras Funções Económicas	0,00
Total		7.793.245,61
Outras	4.3. PROQUAL	4.262.022,89
Total		4.262.022,89
Valor Total do PPI		30.536.220,62

(em euros)

b)

Análise das Modificações
ao Orçamento Inicial

Durante a execução do orçamento pode surgir a necessidade de se proceder a ajustamento de dotações, criação de rubricas e/ou inscrição de novos projectos. Para este efeito são utilizadas as modificações orçamentais:

- Alterações Orçamentais;
- Revisões Orçamentais.

No decorrer do ano em apreço registaram-se **9 modificações orçamentais**, repartidas da seguinte forma:

- 2 Revisões Orçamentais - Orçamento da Receita (1), Orçamento da despesa (2), Plano Plurianual de Investimento (2), Plano de Actividades Municipais (2);
- 7 Alterações Orçamentais - Orçamento da Receita (1) Orçamento da despesa (7), Plano Plurianual de Investimento (5), Plano de Actividades Municipais (7).



I Modificações ao Orçamento de Receita

Quadro n.º 10
Modificações Receita

(em euros)

Designação	Dotação Inicial	Reforços	Diminuições	Dotação Corrigida
Orçamento de Receita	94.188.164,19	2.025.823,27	1.487.526,99	94.726.460,47

No âmbito da modificação ao orçamento de receita destaca-se a inclusão do **saldo de gerência anterior**, em sede de tesouraria, e referente à conta orçamental, após a aprovação da prestação de contas referente a 2005, no valor de 1.431.823,27 €. Contrariando a tendência de anos anteriores, em que o saldo de gerência anterior era utilizado na sua totalidade, aumentando o valor global do orçamento pelo montante do saldo de gerência incorporado, no corrente exercício, apenas se utilizou 37,6% do referido saldo (538.296,28 €), facto que permitiu que não tivessem de ser alienados mais bens de investimento.

II Modificações ao Orçamento de Despesa

Ao nível das modificações orçamentais do lado da despesa, foi efectuado o reforço no valor de 9.941.738,66 €, contra os 9.403.442,38 € em diminuições, como se constata no quadro n.º 11.

Quadro n.º 11
Modificações Despesa

(em euros)

Designação	Dotação Inicial	Reforços	Diminuições	Dotação Corrigida
Orçamento de Despesa	94.188.164,19	9.941.738,66	9.403.442,38	94.726.460,47

III Modificações às Grandes Opções do Plano

A análise do quadro n.º 12 permite-nos, desde logo, observar as alterações que as Grandes Opções do Plano sofreram com as modificações orçamentais realizadas durante o ano de 2006.

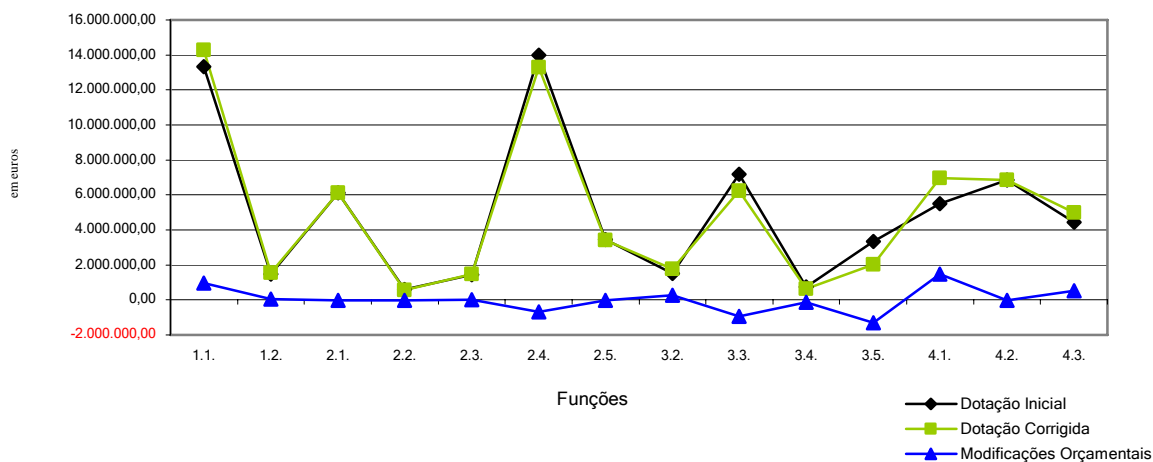


Quadro n.º 12
Modificações GOP's

Funções	Designação	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Modificações Orçamentais
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	13.317.966,03	14.291.026,82	973.060,79
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	1.487.001,04	1.552.001,04	65.000,00
	Total	14.804.967,07	15.843.027,86	1.038.060,79
Sociais	2.1. Educação	6.129.234,46	6.105.429,40	-23.805,06
	2.2. Saúde	612.393,23	577.741,23	-34.652,00
	2.3. Segurança e Acção Sociais	1.445.793,67	1.468.391,01	22.597,34
	2.4. Habitação e Serviços Colectivos	13.973.199,84	13.277.787,97	-695.411,87
	2.5. Culturais, Recreativos e Religiosos	3.465.079,67	3.423.093,36	-41.986,31
Total	25.625.700,87	24.852.442,97	-773.257,90	
Económicas	3.2. Indústria e Energia	1.507.062,01	1.782.062,01	275.000,00
	3.3. Transportes e Comunicações	7.169.614,58	6.224.743,72	-944.870,86
	3.4. Comércio e Turismo	760.642,60	641.942,60	-118.700,00
	3.5. Outras Funções Económicas	3.329.231,18	2.023.368,78	-1.305.862,40
	Total	12.766.550,37	10.672.117,11	-2.094.433,26
Outras	4.1. Operações da Dívida Autárquica	5.487.643,62	6.949.463,95	1.461.820,33
	4.2. Transferências entre Administrações	6.864.598,56	6.835.989,78	-28.608,78
	4.3. PROQUAL	4.444.722,89	4.972.702,49	527.979,60
Total	16.796.965,07	18.758.156,22	1.961.191,15	
Valor Total das GOP's		69.994.183,38	70.125.744,16	131.560,78

(em euros)

Modificações Orçamentais às Grandes Opções do Plano



IV Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos

Da análise ao Plano Plurianual de Investimentos salientam-se os reforços dos Projectos/Acções PROQUAL, como o Espaço Jovem, o Centro de Exposições, o Jardim Público, que contribuirão para a transformação gradual do Concelho.



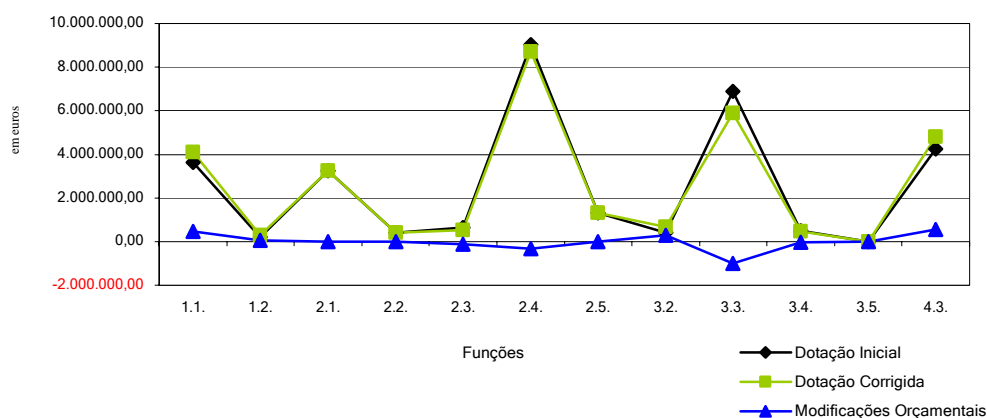
Destaque também, para o reforço do objectivo Segurança e Ordem Públicas, com o intuito de lançar a construção da Escola Municipal de Protecção Civil.

Quadro n.º 13
Modificações PPI

Funções	Designação	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Modificações Orçamentais
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	3.621.557,69	4.091.155,07	469.597,38
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	212.805,38	279.805,38	67.000,00
	Total	3.834.363,07	4.370.960,45	536.597,38
Sociais	2.1. Educação	3.241.796,12	3.239.982,93	-1.813,19
	2.2. Saúde	402.000,00	392.000,00	-10.000,00
	2.3. Segurança e Acção Sociais	649.361,61	516.461,61	-132.900,00
	2.4. Habitação e Serviços Colectivos	9.035.483,18	8.717.334,03	-318.149,15
	2.5. Culturais, Recreativos e Religiosos	1.317.948,14	1.311.246,63	-6.701,51
Total	14.646.589,05	14.177.025,20	-469.563,85	
Económicas	3.2. Indústria e Energia	409.353,91	684.353,91	275.000,00
	3.3. Transportes e Comunicações	6.894.758,40	5.880.758,40	-1.014.000,00
	3.4. Comércio e Turismo	489.133,30	460.422,93	-28.710,37
	3.5. Outras Funções Económicas	0,00	0,00	0,00
Total	7.793.245,61	7.025.535,24	-767.710,37	
Outras	4.3. Diversas não Especificadas (PROQUAL)	4.262.022,89	4.820.798,97	558.776,08
Total	4.262.022,89	4.820.798,97	558.776,08	
Valor Total do PPI		30.536.220,62	30.394.319,86	-141.900,76

(em euros)

Modificações Orçamentais ao Plano de Investimentos



c) Estrutura da Receita

Execução da Receita

A receita apresenta uma taxa global de cobrança de 56,5%, para a qual concorre a execução de 72,7% ao nível das receitas correntes e de 25,3% nas receitas de capital. A reduzida cobrança desta ultima grandeza deveu-se, essencialmente, à não alienação de património conforme previsto, bem como, pela não utilização de todos os valores dos empréstimos PROQUAL e PER.



O quadro seguinte apresenta a estrutura da receita, segundo a sua classificação económica, onde se pode verificar, que cerca de 86% da receita é corrente, representando as receitas de capital apenas 14% do total da receita arrecadada.

As receitas correntes, pela sua natureza, desempenham um papel consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia. Dentro das receitas correntes os *Impostos Directos* são responsáveis pela arrecadação de cerca de mais de metade do total da receita, salientando-se ainda as Transferências – Correntes e de Capital que também têm um peso importante, cerca de 30%, na estrutura da receita.

Quadro n.º 14
Execução da Receita

Receitas	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Execução	Peso da Rubrica
Correntes	63.083.672,51	45.864.137,63	72,7%	85,7%
Impostos Directos	33.774.000,00	28.608.950,30	84,7%	53,5%
Impostos Indirectos	5.295.500,00	3.308.985,99	62,5%	6,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.070.500,00	1.681.466,86	54,8%	3,1%
Rendimentos de Propriedade	429.600,00	69.705,67	16,2%	0,1%
Transferências Correntes	9.711.361,42	9.767.313,74	100,6%	18,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	7.695.080,00	581.433,30	7,6%	1,1%
Outras Receitas Correntes	3.107.631,09	1.846.281,77	59,4%	3,4%
Capital	30.190.964,69	7.644.881,84	25,3%	14,3%
Venda de Bens de Investimento	15.338.463,01	0,00	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	8.105.508,50	6.330.641,67	78,1%	11,8%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	6.297.718,19	1.194.240,17	19,0%	2,2%
Outras Receitas de Capital	449.274,99	120.000,00	26,7%	0,2%
Outras Receitas	1.451.823,27	14.352,99	1,0%	0,0%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	20.000,00	14.352,99	71,8%	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	1.431.823,27	-	-	-
Total	94.726.460,47	53.523.372,46	56,5%	100,0%

(em euros)

Considerando a importância dos Impostos Directos, no contexto da receita Municipal, procede-se de seguida à sua desagregação:

Quadro n.º 15
Desagregação dos Impostos Directos

Impostos Directos	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	%
Designação			
Impostos Municipal sobre Imóveis (IMI)	11.000.000,00	12.782.943,64	116,2%
Impostos Municipal sobre Veículos (IMV)	1.600.000,00	1.689.935,40	105,6%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	9.000.000,00	10.076.520,90	112,0%
Derrama	3.000.000,00	2.381.572,93	79,4%
Contribuição Autárquica	1.600.000,00	411.140,42	25,7%
Imposto Municipal de SISA	7.000.000,00	662.293,05	9,5%
Impostos Directos Diversos	574.000,00	604.543,96	105,3%
TOTAL	33.774.000,00	28.608.950,30	84,7%

(em euros)



Importa destacar o bom comportamento da generalidade dos impostos, com especial relevância para os casos do IMI e IMT, que alcançaram uma execução de 116,2% e 112%, respectivamente, face às previsões corrigidas.

Em relação ao total da receita cobrada destes impostos, verificou-se uma taxa de execução na ordem dos 84,7%.

II Evolução da Receita

No presente ponto será analisada a evolução da receita do exercício de 2006 por comparação com igual período do ano anterior. O quadro seguinte apresenta as previsões corrigidas e as cobranças da receita para os anos 2005 e 2006.

Quadro n.º 16
Evolução da Receita

Receitas	2005			2006		
	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	%	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	%
Receitas Correntes	57.085.321,74	41.254.189,91	72,3%	63.083.672,51	45.864.137,63	72,7%
Receitas de Capital	45.346.352,13	12.057.551,92	26,6%	30.190.964,69	7.644.881,84	25,3%
Outras Receitas	1.511.326,13	1.661,77	0,1%	1.451.823,27	14.352,99	1,0%
Total	103.943.000,00	53.313.403,60	51,3%	94.726.460,47	53.523.372,46	56,5%

(em euros)

Da análise comparativa verifica-se um ligeiro aumento da receita cobrada, que em termos absolutos se situou nos 210 mil euros e em termos percentuais passou de uma execução na ordem dos 51,3% para 56,5%. Esta evolução é explicada pelo aumento da cobrança que se registou ao nível das receitas correntes, que mais do que compensou a diminuição significativa verificada nas receitas de capital que passaram de 12.057.551,92 € em 2005 para 7.644.881,84 € em 2006. Importa salientar que esta diminuição tem por base a reduzida utilização em 2006 das verbas referentes ao empréstimo de Médio e Longo Prazo – PROQUAL, assim como, pela redução registada nas transferências de verbas no âmbito de Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados.

No quadro abaixo é apresentada a evolução da estrutura da receita, verificando-se o aumento do peso das receitas correntes sobre o total executado, passando de 77,4% em 2005 para um peso de 85,7% em 2006.



Quadro n.º 17
Evolução da Estrutura da Receita

Receitas	Execução 2005	Peso da Rubrica	Execução 2006	Peso da Rubrica	Varição 2005-2006
Correntes	41.254.189,91	77,4%	45.864.137,63	85,7%	11,2%
Impostos Directos	24.090.209,02	45,2%	28.608.950,30	53,5%	18,8%
Impostos Indirectos	2.732.438,66	5,1%	3.308.985,99	6,2%	21,1%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.277.023,27	4,3%	1.681.466,86	3,1%	-26,2%
Rendimentos de Propriedade	48.643,73	0,1%	69.705,67	0,1%	43,3%
Transferências Correntes	9.410.466,27	17,7%	9.767.313,74	18,2%	3,8%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.155.181,93	2,2%	581.433,30	1,1%	-49,7%
Outras Receitas Correntes	1.540.227,03	2,9%	1.846.281,77	3,4%	19,9%
Capital	12.057.551,92	22,6%	7.644.881,84	14,3%	-36,6%
Venda de Bens de Investimento	300.000,00	0,6%	0,00	0,0%	-100,0%
Transferências de Capital	8.241.464,49	15,5%	6.330.641,67	11,8%	-23,2%
Activos Financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	3.516.087,43	6,6%	1.194.240,17	2,2%	-66,0%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	120.000,00	0,2%	n.a
Outras Receitas	1.661,77	0,0%	14.352,99	0,0%	763,7%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.661,77	0,0%	14.352,99	0,0%	763,7%
Saldo da Gerência Anterior	-	-	-	-	-
Total	53.313.403,60	100,0%	53.523.372,46	100,0%	0,4%

(em euros)

Como já foi referido existiu uma evolução positiva das receitas correntes, passando de 41.254.189,91 €, em 2005, para 45.864.137,63 €, em 2006, devido, essencialmente, ao bom comportamento dos *Impostos* (Directos e Indirectos). Destaca-se, também, o decréscimo de cobrança no capítulo *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, que somaram em 2005, 2.277.023,27 € e em 2006 não foi além dos 1.681.466,86 €. Esta diminuição ficou a dever-se, essencialmente, à diminuição registada no artigo Loteamento e Obras que em 2005 apresentou uma execução de 2.028.576,39 € e em 2006, apenas atingiu os 1.407.573,34 €.

Ainda dentro das receitas correntes, salienta-se a diminuição do capítulo *Venda de Bens e Serviços Correntes* no valor de 595.556,41 €. Este comportamento é também explicado pela alienação de património de habitação social municipal, que ocorreu durante os anos de 2005 e 2006, conduzindo a uma diminuição do montante de rendas de habitação social arrecadadas.

Quanto às receitas de capital a diminuição verificada situou-se ao nível dos Passivos Financeiros, Transferências de Capital e a Venda de Bens de Investimento.

Como se referiu apesar de se ter assistido a uma diminuição, de uma forma global, das receitas de capital, a evolução positiva das receitas correntes mais que compensou essa tendência.



No quadro seguinte efectuou-se a desagregação do capítulo dos Impostos Directos, para os anos 2005 e 2006, por forma a melhor analisar a sua evolução. Verifica-se, fundamentalmente, um crescimento da cobrança dos seus principais artigos, como sejam o IMI e o IMT, que cresceram 16,8% e 24,9 %, respectivamente. Cresceu também o Imposto Municipal sobre Veículos, 12,8% e a Derrama 14,6%.

Registe-se ainda, o facto da cobrança de Impostos abolidos (Contribuição Autárquica e SISA), terem tido, naturalmente, uma tendência de descida.

Quadro n.º 18
Evolução - Desagregação dos Impostos Directos

Impostos Directos Designação	Execução Receita 2005	Execução Receita 2006	Crescimento 2006-2005	
			Valor	%
Impostos Municipal sobre Imóveis (IMI)	10.940.982,11	12.782.943,64	1.841.961,53	16,8%
Impostos Municipal sobre Veículos (IMV)	1.497.534,81	1.689.935,40	192.400,59	12,8%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	8.070.500,25	10.076.520,90	2.006.020,65	24,9%
Derrama	2.078.813,31	2.381.572,93	302.759,62	14,6%
Contribuição Autárquica	661.996,52	411.140,42	-250.856,10	-37,9%
Imposto Municipal de SISA	827.199,12	662.293,05	-164.906,07	-19,9%
Impostos Directos Diversos	13.182,90	604.543,96	591.361,06	4485,8%
TOTAL	24.090.209,02	28.608.950,30	4.518.741,28	18,8%

(em euros)

No que respeita às transferências da Administração Central salienta-se que se mantiveram inalterados os valores transferidos. As transferências correntes do Orçamento de Estado representaram 19% do total das receitas correntes cobradas, enquanto que as transferências de capital têm um peso de 76% em relação ao total das receitas de capital cobradas. Se se tomar em consideração o total de receitas cobradas em 2006, o peso dos FGM+FCM+FBM (correntes e capital) foi de 27%.

Quadro n.º 19
Evolução - Transferências da Administração Central (Fundos)

Estado	2005	2006
Designação		
Correntes	8.665.918,00	8.665.919,00
Fundo Geral Municipal	5.470.339,00	6.250.928,00
Fundo de Coesão Municipal	2.541.456,00	1.766.830,00
Fundo de Base Municipal	654.123,00	648.161,00
Capital	5.777.279,00	5.777.278,00
Fundo Geral Municipal	3.646.893,00	4.167.285,00
Fundo de Coesão Municipal	1.694.304,00	1.177.886,00
Fundo de Base Municipal	436.082,00	432.107,00
Total	14.443.197,00	14.443.197,00

(em euros)



d) Estrutura da Despesa

I Execução da Despesa

A despesa apresenta um grau de execução orçamental global de 54,2%. Para esta grandeza concorrem as despesas correntes com uma execução de 68,5% e as despesas de capital com uma execução de 32,7%. Importa também salientar que existem 11.167.176,15 € de compromissos assumidos não pagos.

O quadro seguinte permite analisar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital – e, por outro, a sua natureza – aquisição de bens e serviços, transferências, despesas com pessoal, etc.

Quadro n.º 20
Execução da Despesa

Despesas	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Execução Orçamental
Correntes	56.884.281,37	44.387.389,98	43.061.478,36	38.993.951,05	68,5%
Despesas com o Pessoal	22.305.814,29	19.056.276,31	18.893.136,26	18.046.366,89	80,9%
Aquisição de Bens e Serviços	22.783.811,19	15.186.753,19	14.240.242,60	11.136.020,36	48,9%
Juros e Outros Encargos	2.401.477,97	1.856.047,96	1.837.197,08	1.774.152,59	73,9%
Transferências Correntes	6.009.589,14	5.315.565,85	5.118.183,03	5.066.070,09	84,3%
Subsídios	1.383.215,05	1.336.981,13	1.336.981,13	1.335.767,36	96,6%
Outras Despesas Correntes	2.000.373,73	1.635.765,54	1.635.738,26	1.635.573,76	81,8%
Capital	37.842.179,10	26.186.067,35	19.492.005,32	12.392.356,48	32,7%
Aquisição de Bens de Capital	30.392.530,23	19.348.787,17	12.894.110,58	5.992.107,39	19,7%
Transferências de Capital	4.877.036,62	4.309.746,35	4.070.360,91	3.872.715,26	79,4%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	2.572.612,25	2.527.533,83	2.527.533,83	2.527.533,83	98,2%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total	94.726.460,47	70.573.457,33	62.553.483,68	51.386.307,53	54,2%

(em euros)

Tal como em 2005, as despesas com pessoal são as mais representativas do total das rubricas da despesa, executando-se mais de 18 milhões de euros. A rubrica de aquisição de bens e serviços apresenta uma execução de 11,1 milhões de euros e as transferências correntes, juntamente com a aquisição de bens de capital apresentam uma execução de 5,0 e 6,0 milhões de euros respectivamente, representando estas as rubricas com maior expressão no contexto da execução orçamental da despesa.



Da análise do quadro seguinte salienta-se positivamente as diminuições verificadas, por comparação com o exercício de 2005, ao nível da dotação corrigida, cabimentos e compromissos assumidos, menos 1,7 milhões e 5,0 milhões de euros respectivamente. Ao nível dos pagamentos registou-se uma diminuição na ordem dos 2,0 milhões de euros, facto que implica uma diminuição de 3,7% na execução orçamental comparativa para os dois anos.

Quadro n.º 21
Evolução da Despesa

	Despesas	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Execução Orçamental
2005	Despesas Correntes	54.285.660,52	43.895.705,38	42.557.098,96	36.661.841,90	67,5%
	Despesas de Capital	49.657.339,48	28.441.862,04	24.866.648,38	16.711.064,56	33,7%
	Total	103.943.000,00	72.337.567,42	67.423.747,34	53.372.906,46	51,3%
2006	Despesas Correntes	56.884.281,37	44.387.389,98	43.061.478,36	38.993.951,05	68,5%
	Despesas de Capital	37.842.179,10	26.186.067,35	19.492.005,32	12.392.356,48	32,7%
	Total	94.726.460,47	70.573.457,33	62.553.483,68	51.386.307,53	54,2%

(em euros)

Comparado com o período homólogo do ano anterior, o grau da execução da despesa, cresceu de 51,3% para 54,2%, isto, apesar de ter existido, como se referiu, um decréscimo em termos absolutos de 1.986.598,93 €, este comportamento é explicado pela redução verificada ao nível da dotação corrigida (menos 9,2 milhões de euros).

Na composição das despesas correntes, conforme o quadro abaixo, o peso das rubricas Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços, representam no seu conjunto cerca de 57% da despesa executada. Salienta-se que o executivo Municipal tem vindo a desenvolver uma estratégia de contenção da despesa nestas duas rubricas, tentando, no primeiro caso, manter o mesmo nível de despesa, otimizando os recursos existentes, através de uma melhor gestão dos Recursos Humanos, e no segundo caso, reduzindo o nível de despesa, implementando para o efeito um novo modelo de gestão das aquisições de bens e serviços, que passa pela centralização de todos os processos de aquisição numa única unidade orgânica, a Divisão de Aprovisionamento.

Apesar do contexto menos favorável destaca-se que as transferências correntes e de capital totalizaram 8.938.785,35 €, das quais se distinguem as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia do concelho, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências e Acordos Adicionais que somam, 6.634.450,32 €, bem como, os valores transferidos para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, com um valor de 997.669,45 €.



Quadro n.º 22
Evolução da Estrutura da Despesa

Despesas	Execução 2005	Peso da Rubrica	Execução 2006	Peso da Rubrica	Varição 2005-2006
Correntes	36.661.841,90	68,7%	38.993.951,05	75,9%	6,4%
Despesas com o Pessoal	17.584.994,91	32,9%	18.046.366,89	35,1%	2,6%
Aquisição de Bens e Serviços	11.235.868,14	21,1%	11.136.020,36	21,7%	-0,9%
Juros e Outros Encargos	1.317.174,69	2,5%	1.774.152,59	3,5%	34,7%
Transferências Correntes	4.693.672,90	8,8%	5.066.070,09	9,9%	7,9%
Subsídios	861.601,58	1,6%	1.335.767,36	2,6%	55,0%
Outras Despesas Correntes	968.529,68	1,8%	1.635.573,76	3,2%	68,9%
Capital	16.711.064,56	31,3%	12.392.356,48	24,1%	-25,8%
Aquisição de Bens de Capital	9.983.826,77	18,7%	5.992.107,39	11,7%	-40,0%
Transferências de Capital	3.952.680,56	7,4%	3.872.715,26	7,5%	-2,0%
Activos Financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros	2.774.557,23	5,2%	2.527.533,83	4,9%	-8,9%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Total	53.372.906,46	100,0%	51.386.307,53	100,0%	-3,7%

(em euros)

Por comparação com o exercício de 2005, as Despesas Correntes registaram um aumento de 6,4%, resultando, essencialmente, do forte crescimento da rubrica de outras despesas correntes 68,9%, com explicação no aumento do valor das restituições à Direcção Geral de Impostos, relativas a Impostos Directos cobrados, do aumento de 55% dos Subsídios concedidos, resultado da celebração de um contrato-programa, com a empresa municipal Odivelgest – Gestão de Equipamento, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto e do aumento de 34,7% dos Juros e Outros Encargos enquanto que as Despesas de Capital apresentaram uma diminuição de 25,8%, com maior expressão ao nível da aquisição de bens de capital.



Execução das Grandes
Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções dos vários pelouros, organizada por objectivos, programas, projectos e acções.

O quadro seguinte analisa a repartição de “consumos” entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipal (PAM), representando este último um peso de 81,6% e o primeiro 18,4%. Enquanto que o PAM absorveu 66,8% do total da execução das GOP's, o PPI garantiu a execução dos restantes 19,7%. Tendo em consideração o grau de execução orçamental, as GOP's cifraram-se nos 46,4%.



Quadro n.º 23
Execução das GOP's

	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Execução Orçamental	Peso
PPI	30.394.319,86	19.349.062,75	12.894.386,16	5.992.382,97	19,7%	18,4%
PAM	39.731.424,30	31.038.404,84	29.662.387,20	26.522.814,61	66,8%	81,6%
GOP's	70.125.744,16	50.387.467,59	42.556.773,36	32.515.197,58	46,4%	100,0%

(em euros)

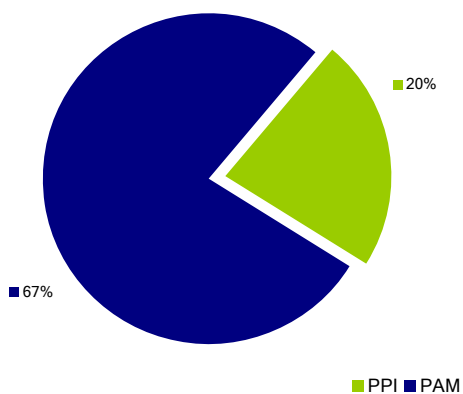
Comparativamente e de acordo, com o quadro n.º 24, podemos constatar uma subida moderada do grau de execução orçamental, uma vez que em 2005 se obteve 43,5%, enquanto que em 2006 se atingiu os 46,4%, não esquecendo que em termos absolutos a evolução foi contrária, verificando-se uma diminuição de 1,5 milhões de euros.

Quadro n.º 24
Evolução das GOP's

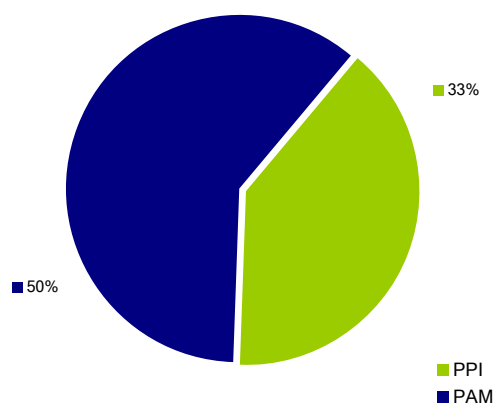
	GOP's	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Execução Orçamental
2005	PPI	30.389.582,02	20.825.250,23	17.911.014,66	9.983.826,77	32,9%
	PAM	47.899.899,43	30.377.963,44	28.728.781,77	24.050.975,36	50,2%
	Total	78.289.481,45	51.203.213,67	46.639.796,43	34.034.802,13	43,5%
2006	PPI	30.394.319,86	19.349.062,75	12.894.386,16	5.992.382,97	19,7%
	PAM	39.731.424,30	31.038.404,84	29.662.387,20	26.522.814,61	66,8%
	Total	70.125.744,16	50.387.467,59	42.556.773,36	32.515.197,58	46,4%

(em euros)

Grau de Execução Orçamental
das Grandes Opções do Plano - Ano 2006



Grau de Execução Orçamental
das Grandes Opções do Plano - Ano 2005





e) Execução da Despesa por Funções

Execução das Grandes Opções do Plano por Funções

A observação do quadro seguinte permite efectuar uma leitura da execução das Grandes Opções do Plano por funções.

Quadro n.º 25
Execução das GOP's por Funções

Funções	Designação	Dotação Corrigida (1)	Cabimento (2)	Compromisso (3)	Pagamento (4)	Execução (5= 4/1)	Peso (6)
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	14.291.026,82	11.164.939,60	10.931.117,10	7.564.894,22	52,9%	23,3%
	1.1.1.1. Aquisição de Património Municipal	13.001.696,54	10.500.695,04	10.275.111,03	7.146.820,21	55,0%	22,0%
	1.1.1.2. Actividades Meio	1.137.684,36	589.668,66	581.430,17	377.821,62	33,2%	1,2%
	1.1.1.3. Programa Operacional Sociedade e Informação - POSI	115.669,96	48.393,76	48.393,76	20.301,75	17,6%	0,1%
	1.1.1.5. Julgados da Paz	4.000,00	276,64	276,64	276,64	6,9%	0,0%
	1.1.1.6. Manutenção de Elevadores	31.975,96	25.905,50	25.905,50	19.674,00	61,5%	0,1%
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	1.552.001,04	1.285.056,57	1.226.218,33	1.214.704,22	78,3%	3,7%
1.2.1. Protecção Civil e Luta contra Incêndios	1.552.001,04	1.285.056,57	1.226.218,33	1.214.704,22	78,3%	3,7%	
Total	15.843.027,86	12.449.996,17	12.157.335,43	8.779.598,44	55,4%	27,0%	
Sociais	2.1. Educação	6.105.429,40	4.938.909,75	3.842.269,31	2.715.493,34	44,5%	8,4%
	2.1.1. Ensino não Superior	5.036.055,38	4.053.678,53	2.957.038,09	1.847.131,83	36,7%	5,7%
	2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	1.069.374,02	885.231,22	885.231,22	868.361,51	81,2%	2,7%
	2.2. Saúde	577.741,23	119.097,22	118.684,22	66.794,21	11,6%	0,2%
	2.2.1. Serviços Individuais de Saúde	577.741,23	119.097,22	118.684,22	66.794,21	11,6%	0,2%
	2.3. Segurança e Acção Sociais	1.468.391,01	915.176,36	865.242,66	738.154,93	50,3%	2,3%
	2.3.2. Acção Social	1.468.391,01	915.176,36	865.242,66	738.154,93	50,3%	2,3%
	2.4. Habitação e Serviços Colectivos	7.623.821,91	5.257.260,55	1.061.365,41	505.468,40	6,6%	1,6%
	2.4.1. Habitação	4.534.047,31	4.221.591,05	690.095,20	340.683,73	7,5%	1,0%
	2.4.2. Ordenamento do Território	2.533.137,84	479.964,44	358.633,45	152.147,91	6,0%	0,5%
	2.4.3. Saneamento	556.636,76	555.705,06	12.636,76	12.636,76	2,3%	0,0%
	2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	5.653.966,06	2.667.786,16	2.252.913,06	898.686,80	15,9%	2,8%
	2.4.6.1. Meio Ambiente	3.076.030,62	1.497.368,64	1.251.842,59	397.785,71	12,9%	1,2%
	2.4.6.2. Conservação da Natureza	683.026,14	152.305,95	151.993,44	55.639,97	8,1%	0,2%
	2.4.6.3. Higiene Pública	1.894.909,30	1.018.111,57	849.077,03	445.261,12	23,5%	1,4%
	2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	992.085,47	527.725,81	354.031,78	336.685,48	33,9%	1,0%
	2.5.1. Cultura	992.085,47	527.725,81	354.031,78	336.685,48	33,9%	1,0%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	2.421.007,89	838.599,90	814.974,23	674.370,20	27,9%	2,1%	
2.5.2.1. Desporto	2.113.524,93	779.930,78	757.305,11	624.242,97	29,5%	1,9%	
2.5.2.2. Apoio à Juventude	307.482,96	58.669,12	57.669,12	50.127,23	16,3%	0,2%	
2.5.3. Outras Actividades Cívicas e Religiosas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	
2.5.3.1. Equipamentos Cívicos e Religiosos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	
Total	24.852.442,97	15.264.555,75	9.309.480,67	5.935.653,36	23,9%	18,3%	
Económicas	3.2. Indústria e Energia	1.782.062,01	1.316.655,50	1.198.100,52	1.132.204,96	63,5%	3,5%
	3.2.1. Iluminação Pública	1.782.062,01	1.316.655,50	1.198.100,52	1.132.204,96	63,5%	3,5%
	3.3. Transportes e Comunicações	6.224.743,72	3.311.006,87	2.652.745,04	918.746,94	14,8%	2,8%
	3.3.1. Transportes Rodoviários	6.224.743,72	3.311.006,87	2.652.745,04	918.746,94	14,8%	2,8%
	3.4. Comércio e Turismo	641.942,60	217.420,52	201.720,14	135.242,18	21,1%	0,4%
	3.4.1. Mercados e Feiras	470.492,46	156.537,99	149.487,99	113.439,27	24,1%	0,3%
	3.4.2. Turismo	171.450,14	60.882,53	52.232,15	21.802,91	12,7%	0,1%
	3.5. Outras Funções Económicas	2.023.368,78	1.569.489,09	1.554.161,68	1.552.064,06	76,7%	4,8%
3.5.1. Potenciar o Desenvolvimento Económico	2.023.368,78	1.569.489,09	1.554.161,68	1.552.064,06	76,7%	4,8%	
3.5.4. Prg. de Inc. à Mod. da Economia - PRIME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	
Total	10.672.117,11	6.414.571,98	5.606.727,38	3.738.258,14	35,0%	11,5%	
Outras	4.1. Operações da Dívida Autárquica	6.949.463,95	6.019.347,33	6.000.469,17	5.937.260,18	85,4%	18,3%
	4.2. Transferências entre Administrações	6.835.989,78	6.730.055,08	6.490.669,64	6.369.320,25	93,2%	19,6%
	4.3. Diversas não especificadas	4.972.702,49	3.508.941,28	2.992.091,07	1.755.107,21	35,3%	5,4%
	4.3.0. Despesas Afectas à Gestão da Equipa Técnica Local do Proqual	19.203,52	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	4.3.1. Eixo 1 - Qualif. Social Territorial/ Consolidação Centralidades	4.313.602,32	2.924.582,58	2.488.107,95	1.541.865,81	35,7%	4,7%
	4.3.2. Eixo 2 - Melhoria Condições de Mobilidade e Acessibilidades	71.785,67	66.920,67	56.635,67	24.367,86	33,9%	0,1%
4.3.3. Eixo 3 - Requalificação Ambiental/ Estrutura Verde	568.110,98	517.438,03	447.347,45	188.873,54	33,2%	0,6%	
Total	18.758.156,22	16.258.343,69	15.483.229,88	14.061.687,64	75,0%	43,2%	
Valor Total das GOP'S		70.125.744,16	50.387.467,59	42.556.773,36	32.515.197,58	46,4%	100,0%

(em euros)



Da análise do quadro n.º 25 hierarquizam-se as funções, de acordo com o seu peso relativo, em termos de execução orçamental: "Outras" (43,2%), "Gerais" (27,0%), "Sociais" (18,3%) e "Económicas" (11,5%).

Considerando que as quatro funções encerram em si diversas áreas de intervenção, com taxas de execução díspares, procedeu-se a uma síntese com os contributos mais relevantes:

- **Outras Funções:** Apresentam a taxa de execução mais elevada, alcançando 75%, sendo também a função de maior peso com 43,2%, uma vez que é nesta função que estão concentrados os valores afectos às *Operações da Dívida Autárquica* (Empréstimos contraídos junto de Instituições Financeiras), as transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências e Protocolos Adicionais e o PROQUAL.
- **Funções Gerais:** Compreendem as actividades de âmbito geral da autarquia, como a *Protecção Civil e Luta contra Incêndios* obtendo uma taxa de execução de 78,3%, o que se explica, em grande parte, pelas transferências para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.
- **Funções Sociais:** Ao nível da *Educação*, atingiu-se uma taxa de execução na ordem dos 44,5%, onde constam sobretudo, os valores despendidos com a aquisição de produtos e confecção de refeições em Escolas do concelho. Relativamente à *Segurança e Acção Sociais* a taxa de execução situou-se nos 50,3%, com especial relevo para as comparticipações às Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) e às actividades no âmbito da terceira idade. Destaca-se ainda, a *Habitação* com uma taxa de execução diminuta (7,5%), mas que ainda assim compreende o lançamento da 1.ª Fase do Empreendimento Habitacional da Arroja, vindo de encontro à concretização de uma política de habitação destinada ao realojamento e à juventude.
- **Funções Económicas:** A rubrica com maior execução foi a *Outras Funções Económicas* com 76,7%. Este nível de execução resulta, essencialmente, dos subsídios à exploração concedidos às empresas municipais, Odivelgest - Gestão de Equipamentos, EM e Odivelcutur - Gestão de Equipamentos, EM.




II Execução do Plano Plurianual de Investimentos por Funções

O quadro seguinte detalha a execução PPI por funções.

Quadro n.º 26
Execução PPI por Funções

Funções	Designação	Dotação Corrigida (1)	Cabimento (2)	Compromisso (3)	Pagamento (4)	Execução (5= 4/1)	Peso (6)
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	4.091.155,07	2.819.047,78	2.599.704,37	530.340,56	13,0%	8,9%
	1.1.1.1. Aquisição de Património Municipal	3.927.265,12	2.770.654,02	2.551.310,61	510.038,81	13,0%	8,5%
	1.1.1.2. Actividades Meio	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	1.1.1.3. Programa Operacional Sociedade e Informação - POSI	109.889,95	48.393,76	48.393,76	20.301,75	18,5%	0,3%
	1.1.1.5. Julgados da Paz	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Gerais	1.2. Segurança e Ordem Públicas	279.805,38	241.068,40	182.230,16	181.037,92	64,7%	3,0%
	1.2.1. Protecção Civil e Luta contra Incêndios	279.805,38	241.068,40	182.230,16	181.037,92	64,7%	3,0%
Total		4.370.960,45	3.060.116,18	2.781.934,53	711.378,48	16,3%	11,9%
Sociais	2.1. Educação	3.239.982,93	2.899.345,96	1.884.047,97	1.159.676,38	35,8%	19,4%
	2.1.1. Ensino não Superior	2.744.924,14	2.439.359,65	1.424.061,66	699.690,07	25,5%	11,7%
	2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	495.058,79	459.986,31	459.986,31	459.986,31	92,9%	7,7%
	2.2. Saúde	392.000,00	11.260,04	11.260,04	0,00	0,0%	0,0%
	2.2.1. Serviços Individuais de Saúde	392.000,00	11.260,04	11.260,04	0,00	0,0%	0,0%
	2.3. Segurança e Acção Sociais	516.461,61	498.393,33	476.530,08	393.606,30	76,2%	6,6%
	2.3.2. Acção Social	516.461,61	498.393,33	476.530,08	393.606,30	76,2%	6,6%
	2.4. Habitação e Serviços Colectivos	5.812.943,77	4.055.672,26	547.326,30	219.974,80	3,8%	3,7%
	2.4.1. Habitação	4.180.673,51	4.041.402,00	533.056,04	205.704,54	4,9%	3,4%
	2.4.2. Ordenamento do Território	1.619.633,50	1.633,50	1.633,50	1.633,50	0,1%	0,0%
	2.4.3. Saneamento	12.636,76	12.636,76	12.636,76	12.636,76	100,0%	0,2%
	2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2.904.390,26	1.280.095,21	1.025.719,87	403.600,73	13,9%	6,7%
	2.4.6.1. Meio Ambiente	1.421.583,39	557.582,06	382.806,73	99.389,84	7,0%	1,7%
	2.4.6.2. Conservação da Natureza	419.774,48	83.061,30	83.061,29	37.394,16	8,9%	0,6%
	2.4.6.3. Higiene Pública	1.063.032,39	639.451,85	559.851,85	266.816,73	25,1%	4,5%
	2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	306.771,38	170.334,81	12.009,12	8.465,97	2,8%	0,1%
	2.5.1. Cultura	306.771,38	170.334,81	12.009,12	8.465,97	2,8%	0,1%
	2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	994.475,25	144.618,61	142.348,92	81.141,99	8,2%	1,4%
	2.5.2.1. Desporto	988.259,24	144.402,60	142.132,91	80.925,98	8,2%	1,4%
	2.5.2.2. Apoio à Juventude	6.216,01	216,01	216,01	216,01	3,5%	0,0%
2.5.3. Outras Actividades Cívicas e Religiosas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	
2.5.3.1. Equipamentos Cívicos e Religiosos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	
Total		14.177.025,20	9.059.720,22	4.099.242,30	2.266.466,17	16,0%	37,8%
Económicas	3.2. Indústria e Energia	684.353,91	426.214,05	307.659,07	246.503,43	36,0%	4,1%
	3.2.1. Iluminação Pública	684.353,91	426.214,05	307.659,07	246.503,43	36,0%	4,1%
	3.3. Transportes e Comunicações	5.880.758,40	3.142.707,66	2.569.145,83	904.663,04	15,4%	15,1%
	3.3.1. Transportes Rodoviários	5.880.758,40	3.142.707,66	2.569.145,83	904.663,04	15,4%	15,1%
	3.4. Comércio e Turismo	460.422,93	153.363,36	146.313,36	110.264,64	23,9%	1,8%
	3.4.1. Mercados e Feiras	460.422,93	153.363,36	146.313,36	110.264,64	23,9%	1,8%
	3.4.2. Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	3.5. Outras Funções Económicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	3.5.1. Potenciar o Desenvolvimento Económico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	3.5.2. Caracterização Económica de Odivelas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Total		7.025.535,24	3.722.285,07	3.023.118,26	1.261.431,11	18,0%	21,1%
Outras	4.3. Diversas não especificadas	4.820.798,97	3.506.941,28	2.990.091,07	1.753.107,21	36,4%	29,3%
	4.3.0. Despesas Afectas à Gestão da Equipa Técnica Local do Proqual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
	4.3.1. Eixo 1 - Qualif. Social Territorial/ Consolidação Centralidades	4.180.902,32	2.922.582,58	2.486.107,95	1.539.865,81	36,8%	25,7%
	4.3.2. Eixo 2 - Melhoria Condições de Mobilidade e Acessibilidades	71.785,67	66.920,67	56.635,67	24.367,86	33,9%	0,4%
4.3.3. Eixo 3 - Requalificação Ambiental/ Estrutura Verde	568.110,98	517.438,03	447.347,45	188.873,54	33,2%	3,2%	
Total		4.820.798,97	3.506.941,28	2.990.091,07	1.753.107,21	36,4%	29,3%
Valor Total do PPI		30.394.319,86	19.349.062,75	12.894.386,16	5.992.382,97	19,7%	100,0%

(em euros)



 Transferências e Subsídios
Concedidos

O Quadro n.º 27 espelha a natureza e montante das Transferências e Subsídios concedidos no ano em análise e vem colocar em relevo o esforço do município para manter exequível uma política de desconcentração de decisões e delegação de competências, bem como continuar a assegurar o apoio a instituições diversas que carecem de auxílio para o desenvolvimento das suas actividades de interesse social.

Quadro n.º 27
Transferências e Subsídios Concedidos

Transferências e Subsídios Concedidos	Execução 2006	Peso
Transferências Correntes	5.066.070,09	49,3%
Freguesias	3.420.154,76	33,3%
Associações de Freguesia	10.199,61	0,1%
Escolas e Jardins de Infância	289.774,73	2,8%
Sistemas de Solidariedade e Segurança Social	6.750,00	0,1%
Bombeiros	860.855,23	8,4%
Colectividades e Associações	7.060,00	0,1%
Instituições Diversas de Carácter Social	41.206,38	0,4%
Famílias	65.002,40	0,6%
Outras	365.066,98	3,6%
Transferências Capital	3.872.715,26	37,7%
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	312.652,91	3,0%
Freguesias	3.214.295,56	31,3%
Bombeiros	136.814,22	1,3%
Instituições Diversas de Carácter Social	8.604,42	0,1%
Comissões de Administração e Associações de Proprietários	64.190,18	0,6%
Países Terceiros e Organizações Internacionais	14.241,01	0,1%
Outras	121.916,96	1,2%
Subsídios	1.335.767,36	13,0%
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.329.800,00	12,9%
Outros	5.967,36	0,1%
Total	10.274.552,71	100,0%

(em euros)

Ao nível das Transferências Correntes destacam-se, em primeiro lugar, os valores transferidos para as Juntas de Freguesia do Concelho, que atingiram em 2006, 3.420.154,76 €, a que corresponde um peso de 33,3%, face ao valor global dos valores transferidos. Estes montantes foram atribuídos no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências e acordos adicionais, celebrados com as Juntas de Freguesia e que se encontram legalmente consagrados na alínea c) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do artigo 3º do Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Odivelas.



Em segundo, importa fazer referência às Transferências para as Associações de Bombeiros com um total transferido de 860.855,23 €, a que corresponde um peso percentual de 8,4%. Assim, verifica-se que as transferências correntes obtiveram na sua globalidade um peso de 49,3%.

Dentro das Transferências de Capital, voltam a destacar-se os valores transferidos para as Juntas de Freguesia do Concelho, num montante global de 3.214.295,56 € e para as Empresas Públicas Municipais, com 312.652,91 €, correspondendo o primeiro valor a um peso de 31,3% e o segundo a 3,0%.

No âmbito dos Subsídios, com um peso de 13% no total do agrupamento, salienta-se o montante de 1.329.800,00 €. transferido para as Empresas Públicas Municipais, Odivelcultur e Odivelgest com as quais foram celebrados Contratos-Programa.



Análise Patrimonial

4

A situação patrimonial do Município de Odivelas, bem como a sua evolução recente pode ser analisada através do Balanço que se encontra na Prestação de Contas de 2006.

a) Evolução da Situação
Económica e FinanceiraI Análise do Balanço
(Estrutura e Evolução)

O Balanço apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento do exercício, dando a conhecer, por um lado, o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos e, por outro, o Passivo e Fundos Próprios que representam a origem dos fundos.

Quadro n.º 28
Balanço

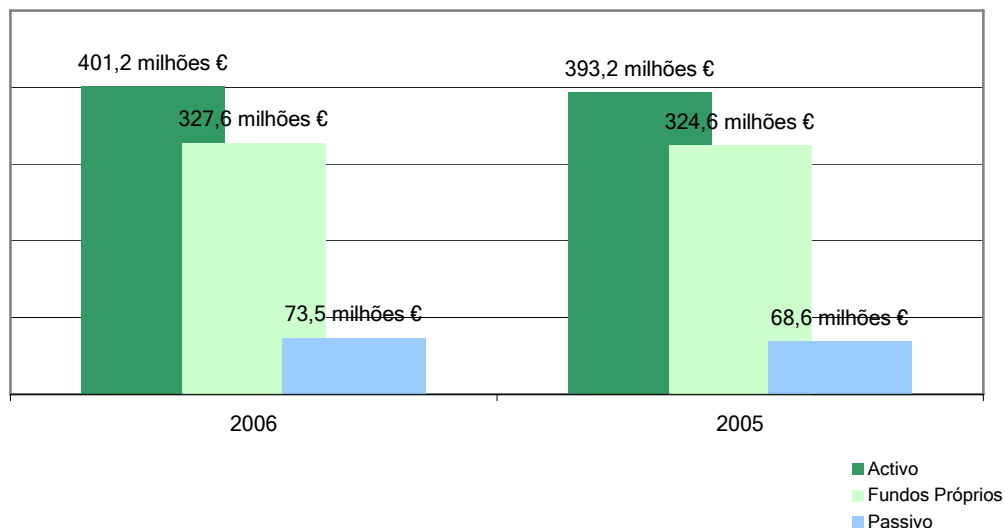
(em euros)

Descrição	2005		2006		Variação
	Valor	Peso	Valor	Peso	
ACTIVO	393.227.820,42	100,0%	401.211.368,18	100,0%	2,0%
IMOBILIZADO	390.690.608,40	99,4%	394.399.902,62	98,3%	0,9%
Bens de Domínio Público	307.018.474,06	78,1%	307.830.757,96	76,7%	0,3%
Imobilizações Incorpóreas	214.033,1	0,1%	284.053,65	0,1%	32,7%
Imobilizações Corpóreas	82.093.978,92	20,9%	84.273.468,64	21,0%	2,7%
Investimentos Financeiros	1.364.122,37	0,3%	2.011.622,37	0,5%	47,5%
CIRCULANTE	2.537.212,02	0,6%	6.811.465,56	1,7%	168,5%
Existências	120.672,69	0,0%	101.935,50	0,0%	-15,5%
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	0,00	0,0%	2.247.120,25	0,6%	n.a
Títulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Disponibilidades	2.102.597,47	0,5%	4.217.216,56	1,1%	100,6%
Acréscimos e Diferimentos	313.941,86	0,1%	245.193,25	0,1%	-21,9%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	393.227.820,42	100,0%	401.211.368,18	100,0%	2,0%
FUNDOS PRÓPRIOS	324.603.914,91	82,5%	327.630.583,11	81,7%	0,9%
Património	318.430.575,44	81,0%	318.430.575,44	79,4%	0,0%
Resultados Transitados	936.667,15	0,2%	6.450.615,61	1,6%	588,7%
Resultado Líquido do Exercício	5.236.672,32	1,3%	2.749.392,06	0,7%	-47,5%
PASSIVO	68.623.905,51	17,5%	73.580.785,07	18,3%	7,2%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	52.533.607,02	13,4%	51.200.313,35	12,8%	-2,5%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	7.941.820,66	2,0%	14.622.144,34	3,6%	84,1%
Acréscimos e Diferimentos	8.148.477,83	2,1%	7.758.327,38	1,9%	-4,8%



A análise do quadro acima e do gráfico seguinte possibilitam visualizar a situação patrimonial do Município, através das variações ocorridas nas diferentes massas patrimoniais.

Situação Patrimonial



Em 2006, o total do Activo líquido cresceu 7.983.547,76 €, traduzindo-se num acréscimo de 2,0% face ao ano anterior, verificando-se um crescimento em toda a sua estrutura. O aumento dos Fundos Próprios, em cerca de 3.026.668,20 euros, deve-se sobretudo a um acréscimo dos Resultados Transitados, devido aos resultados positivos que o Município acumulou.

O Resultado Líquido do Exercício diminuiu, consequência do aumento verificado ao nível dos Fornecimentos e serviços e dos Custos com o Pessoal, como também pela diminuição dos Proveitos operacionais, já que se nota uma redução da Dívida a Terceiros de M/L Prazo devido à amortização de Empréstimos.

O Passivo sofreu um agravamento de 4.956.879,56 €, justificado, na maior parte, pelo incremento das dívidas de curto prazo, reflexo das contabilizações efectuadas na conta patrimonial de fornecedores – facturas em recepção e conferência.

Apesar do acréscimo do Imobilizado, em termos brutos, ter sido na ordem dos 6.111.171,59 €, as amortizações e reintegrações do exercício absorveram cerca de 3.049.377,37 €.



Na análise da estrutura do Activo, constata-se uma variação positiva de 168,5% do Circulante, devendo-se a mesma ao aumento das Dívidas de Terceiros – Curto Prazo e das Disponibilidades.

É de salientar que as Dívidas de Terceiros – Curto Prazo aumentaram 2.247.120,25 €, resultante, essencialmente, da contabilização das taxas de saneamento cobradas pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Loures (SMAS de Loures) aos Municípios de Odivelas, das rendas de habitação social e aluguer de pavilhões desportivos, nos montantes 1.820.778,94 €, 12.489,04 € e 156.578,27 €, respectivamente.

À semelhança das dívidas de terceiros, as *Disponibilidades* também aumentaram, totalizando 4.217.216,56 €, dos quais 4.209.541,47 € eram constituídos por depósitos em instituições bancárias e 7.675,09 € por valores em caixa. Em termos orçamentais, 648.328,36 € dizem respeito a operações de tesouraria, constituindo os restantes 3.568.888,20 € o saldo de gerência orçamental para o ano seguinte.

Ao nível dos Fundos Próprios, verifica-se que os Resultados Transitados representavam no final do exercício de 2005, 936.667,15 € e em 2006 passaram a 6.450.615,61 €, por incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2005.

No que respeita à estrutura do Passivo, verifica-se uma diminuição do peso dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo e um aumento de 84,1%, das Dívidas a Terceiros – Curto Prazo, sendo que este último se traduziu, em termos absolutos, num aumento de 6.680.323,68 €.

A conta do Resultado Líquido do Exercício será objecto de análise no ponto seguinte.

No que se refere, às *Dívidas a Terceiros*, mais concretamente as de Médio e Longo Prazo, estas resumem-se aos empréstimos contratados pelo Município, que sofreram de 2005 para 2006, um decréscimo de 2,5%, em resultado da amortizações de capital efectuadas durante o ano.

A Dívida a Terceiros de Curto Prazo que atingiu 14.622.144,34 €, também, sofreu alterações. Verificou-se um acréscimo de 6,6 milhões de euros, resultante do aumento da dívida a fornecedores – facturas em recepção e conferência.

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta o montante de 7.758.327,38 €, em que 6.236.339,12 € resultam de proveitos diferidos referente a subsídios para o investimento no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, 942.300,40 € de Remunerações a Liquidar no próximo ano e 204.687,86 € de Juros a Liquidar.



A Demonstração de Resultados por Natureza (DR) é o mapa contabilístico que pretende aferir o grau de eficiência económica atingido pela autarquia e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, de forma a prognosticar a capacidade da mesma em gerar fluxos de caixa.

Quadro n.º 29
Demonstração de Resultados

Descrição	2005		2006		Variação
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Custos e Perdas					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	785.871,26	1,8%	371.535,63	0,7%	-52,7%
Fornecimentos e serviços externos	9.380.871,47	22,0%	16.944.983,31	32,4%	80,6%
Custos com o pessoal	16.614.323,02	39,0%	17.153.802,69	32,8%	3,2%
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	5.613.735,18	13,2%	6.169.902,02	11,8%	9,9%
Amortizações do exercício	2.789.782,63	6,5%	2.942.147,76	5,6%	5,5%
Outros custos operacionais	1.471.570,13	3,5%	1.596.795,07	3,1%	8,5%
Custos e Perdas Operacionais (A)	36.656.153,69	86,0%	45.179.166,48	86,5%	23,3%
Custos e perdas financeiros	1.262.825,71	3,0%	1.861.837,34	3,6%	47,4%
Custos e Perdas Correntes (C)	37.918.979,40	89,0%	47.041.003,82	90,0%	24,1%
Custos e perdas extraordinários	4.682.007,00	11,0%	5.206.206,76	10,0%	11,2%
Total dos Custos e Perdas (E)	42.600.986,40	100,0%	52.247.210,58	100,0%	22,6%
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços	1.236.153,51	2,6%	646.531,28	1,2%	-47,7%
Impostos e taxas	28.866.620,96	60,3%	32.818.780,17	59,7%	13,7%
Transferências e subsídios obtidos	9.420.638,93	19,7%	11.783.779,89	21,4%	25,1%
Outros proveitos e ganhos operacionais	111,09	0,0%	0,00	0,0%	-100,0%
Proveitos e Ganhos Operacionais(B)	39.523.524,49	82,6%	45.249.091,34	82,3%	14,5%
Proveitos e ganhos financeiros	1.472.183,69	3,1%	1.918.057,59	3,5%	30,3%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	40.995.708,18	85,7%	47.167.148,93	85,8%	15,1%
Proveitos extraordinários	6.841.950,54	14,3%	7.829.453,71	14,2%	14,4%
Total dos Proveitos e Ganhos (F)	47.837.658,72	100,0%	54.996.602,64	100,0%	15,0%
Resultados Extraordinários:	2.159.943,54		2.623.246,95		21,4%
Resultados Operacionais: (B - A)	2.867.370,80		69.924,86		-97,6%
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	209.357,98		56.220,25		-73,1%
Resultados Correntes: (D - C)	3.076.728,78		126.145,11		-95,9%
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	5.236.672,32		2.749.392,06		-47,5%

(em euros)

Da análise do quadro n.º 29, verifica-se que existiu um aumento quer dos Custos quer dos Proveitos, entre 2005 e 2006, embora os primeiros tenham registado um aumento superior aos segundos, o que se traduziu numa redução significativa do Resultado Líquido do Exercício.



Observando a estrutura de Custos e Perdas, podemos verificar que a sua organização se alterou face a 2005. De facto, assistiu-se a um notório aumento do contributo dos *Fornecimentos e Serviços Externos*, que cresceu cerca de 80%, bem como os *Custos com o Pessoal*, que aumentaram de forma ligeira, com uma variação de 3,2%.

Do lado dos Proveitos, apesar de assistirmos a uma diminuição do valor das *Vendas e Prestações de Serviços*, tanto os *Impostos e Taxas* como as *Transferências e Subsídios Obtidos* viram o seu valor aumentar, o que implicou um acréscimo nos Proveitos Operacionais do Município. Convém ainda salientar um aumento dos Proveitos Extraordinários, bem como dos Proveitos Financeiros.

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* aumentaram de 2005 para 2006, 7.564.111,84 €, esta situação ficou a dever-se, essencialmente, aos custos com Trabalhos Especializados, resultado da contabilização de facturas de anos anteriores relativas ao tratamento de águas residuais efectuados pela empresa SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A e dos consumos de Água resultado da contabilização da facturação dos SMAS de Loures.

Os *Custos com Pessoal* tiveram um comportamento muito similar ao do ano transacto, apresentando um aumento de 539.479,67 €, resultante do aumento das despesas de saúde. No entanto, destaca-se uma diminuição dos custos relativos a Remunerações do Pessoal fora do quadro e do Trabalho Extraordinário.

As *Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais* tiveram um crescimento de 9,9%, a que corresponde um valor de 556.166,84 €, consequência, sobretudo do aumento das transferências para as Associações de Bombeiros e de subsídios atribuídos a Empresas Públicas Municipais, salientando-se, neste caso, o contrato-programa celebrado com a Odivelgest, EM, no âmbito de intervenções urgentes na Piscina Municipal.

Relativamente às Amortizações do exercício houve um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, consequência do aumento do imobilizado Líquido verificado nesta gerência.

Os Custos e Perdas Financeiros apresentam um crescimento de 47%, resultante do aumento dos encargos com os juros de empréstimos bancários.

Ao nível dos Proveitos, destaca-se que as *Vendas e Prestações de Serviços* tiveram uma quebra significativa tendo representado uma perda de 589.622,23 €, consequência da diminuição das rendas de habitação social.

A rubrica de *Impostos e Taxas* teve uma diminuição do seu peso em termos totais, no entanto, em termos de variação face a 2005 obteve um aumento de 13,7%, resultante na sua quase totalidade da variação positiva registada nos Impostos Directos, no valor total de 3.947.767,05 €.



No que se refere às *Transferências e Subsídios Obtidos* observa-se um crescimento de 25,1%, que se consubstanciou em 2.363.140,96 €, resultante essencialmente da contabilização da receita decorrente das taxas de saneamento cobradas pelos SMAS de Loures, dos valores transferidos pela Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).

Por outro lado, verificou-se também um aumento de 30,3%, dos *Proveitos e Ganhos Financeiros*, que é justificado pela contabilização da receita referente a rendas de concessão de património municipal à EDP.

Os *Proveitos e Ganhos Extraordinários*, como referido acima, sofreram uma variação positiva de 14,4%, explicada pela subconta Contribuições Especiais, responsável por um acréscimo de 591.361,80 €, tratando-se de correcções a exercícios anteriores.

Os Resultados Operacionais evidenciam uma evolução desfavorável, passando de 2.867.370,80 € em 2005, para 69.924,86 € em 2006.

Os Resultados Financeiros mantiveram-se positivos no período em análise, apesar de se ter registado uma diminuição de 73% face ao ano anterior, resultado do aumento dos custos financeiros com os empréstimos bancários de médio e longo prazo.

O Resultado Líquido do Exercício, resulta, principalmente, da actividade operacional, tendo-se fixado nos 2.749.932,06 €.

b) Dívida do Município

I Estrutura e Evolução do Stock da Dívida

O quadro n.º 30, espelha a evolução da dívida bancária nos anos 2005 e 2006, constatando-se uma diminuição de 2,5%.

Quadro n.º 30
Stock da Dívida

Descrição	2005	2006
1 - Dívida de Médio e Longo Prazo no início do período	51.792.076,81	52.533.607,01
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	2.616.087,43	1.194.240,17
3 - Juros capitalizados	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	1.874.557,23	2.527.533,85
5 - Rectificação de anos anteriores	0,00	0,00
Dívida no final do período (1+2+3-4)	52.533.607,01	51.200.313,33
Taxa de Crescimento da Dívida	-	-2,5%

(em euros)



Estrutura e Evolução do Serviço da Dívida

No quadro seguinte apresentam-se os financiamentos bancários contratados a médio e longo prazo, bem como os encargos do ano, à data de 31.12.2006.

 Quadro n.º 31
Serviço da Dívida

Data da aprovação pela AM	Finalidade do Empréstimo	Caracterização do empréstimo	Capital		Encargos do ano		Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 31 de Dezembro
			Contratado	Utilizado	Amortização	Juros		
07-06-2001	Investimento (N)	CGD	24.939.894,85	24.939.894,85	645.577,60	773.146,44	0,00	24.294.317,25
26-06-2001	Saneamento Financeiro (N)	CGD	10.320.267,45	10.320.267,45	956.693,35	227.819,74	0,00	7.491.628,47
30-10-2001	Reestruturação Financeiro (N)	CGD	8.906.616,18	8.906.616,18	587.136,15	242.689,75	0,00	7.582.915,74
12-06-2001	P.E.R. (I-Lei 42/98)	CGD	5.677.984,06	5.677.984,06	240.082,01	31.244,22	0,00	3.834.658,57
12-06-2001	P.E.R. (I-Lei 42/98)	CGD	68.963,80	68.963,80	2.880,99	456,10	0,00	46.602,19
12-06-2001	P.E.R. (I-Lei 42/98)	CGD	2.439.151,64	2.439.151,64	95.163,75	15.415,30	0,00	1.696.018,66
30-10-2002	Investimentos PROQUAL (I- Lei 107-B/03)	BPI	9.900.000,00	4.796.521,98	0,00	169.229,08	0,00	4.796.521,98
09-10-2003	Investimentos diversos (N)	BPI	728.875,00	728.775,49	0,00	26.162,14	0,00	728.775,49
09-10-2003	Investimento diversos (N)	CGD	728.875,00	728.875,00	0,00	24.399,71	0,00	728.875,00
		Total	63.710.627,98	58.607.050,45	2.527.533,85	1.510.562,48	0,00	51.200.313,35

(em euros)

Nota: os empréstimos assinalados com (I) não contam para o grau de endividamento municipal.

Evolução da Capacidade de Endividamento

 Quadro n.º 32
Limites de Endividamento Municipal

Designação	(em euros)	
	2005	2006
Endividamento		
FBM+FGM+FCM para o ano n	14.443.197,00	14.443.197,00
Despesa em Investimento no ano n-1	5.517.481,07	9.983.826,77
Serviço da Dívida		
C - Juros de todos os Empréstimos de M/L prazo	1.158.332,12	1.510.562,48
D - Juros dos Empréstimos que não entram na CE	72.311,82	216.344,70
E - Amortizações de todos os Empréstimos M/L prazo	1.874.557,23	2.527.533,85
F - Amortizações dos Empréstimos que não entram na CE	337.921,32	338.126,75
Total do Serviço da Dívida (C+E)	3.032.889,35	4.038.096,33
Limite de Endividamento		
A - Limite 12,5% (FBM+FGM+FCM)	1.805.399,63	1.805.399,63
B - Limite 10% do Investimento no ano n-1	551.748,11	998.382,68
Limite da Capacidade de Endividamento	1.805.399,63	1.805.399,63
Capacidade de Endividamento Utilizada	145,27%	192,96%



O limite de endividamento do Município de Odivelas é de 1.805.399,63 €, de acordo com o estipulado pela Lei das Finanças Locais e da restante legislação em vigor (artigo 33.º da Lei n.º 60-A/05, de 30 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado; artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 50-A/06, de 10 de Março – Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2006).

Face ao limite legal estipulado, a capacidade de endividamento encontra-se excedida em 192,96% face ao total disponível, verificando-se um aumento de 47%, relativamente ao ano anterior, para este comportamento contribuiu o montante pago a título de encargos com o serviços da dívida (amortizações e juros) que atingiram 3.483.624,88€, montante que veio agravar este indicador.

É de salientar que o Município começou a amortizar o empréstimo de longo prazo de 24.939.899,85€, empréstimo contraído em 07.06.2001, destinado a financiar obras municipais.



Indicadores de Gestão

5

Com o objectivo de avaliar o desempenho económico e financeiro do Município de Odivelas, procedeu-se à elaboração e análise de vários indicadores de gestão.

a) Indicadores de Natureza Orçamental

De forma a completar a análise da receita e da despesa do Município ao longo dos últimos dois anos, apresentam-se os rácios de estrutura da receita e da despesa e o grau de cobertura global das receitas e das despesas.

I Rácios da Estrutura da Receita

Quadro n.º 33
Rácios da Estrutura da Receita

Rácios	2005	2006
Impostos Directos / Receitas Correntes	58,4%	62,4%
Venda Bens e Serviços / Receitas Correntes	2,8%	1,3%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	22,8%	21,3%
Transferências Totais/ Receitas Totais	33,1%	30,1%
Passivos Financeiros / Receitas Totais	6,6%	2,2%
Receitas Correntes / Receitas Totais	77,4%	85,7%
Receitas de Capital / Receitas Totais	22,6%	14,3%

Pela leitura do quadro n.º 33 podemos comprovar que o peso relativo dos impostos directos aumentou, de 58,4% para 62,4%, o que revela a influência cada vez maior desta rubrica, no total da estrutura das receitas correntes. Por outro lado, as transferências arrecadadas diminuíram de 17.651.930,76 €, em 2005, para 16.097.955,41 €, em 2006, assistindo-se assim a uma ligeira redução do peso relativo das transferências no total das receitas. Também o rácio dos passivos financeiros (utilizações de capital) teve uma redução para mais de metade, o que traduz uma diminuição do recurso ao endividamento de médio e longo prazo.

II Rácios da Estrutura da Despesa

Quadro n.º 34
Rácios da Estrutura da Despesa

Rácios	2005	2006
Despesas com Pessoal / Despesas Correntes	48,0%	46,3%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	30,6%	28,6%
Investimentos / Despesas de Capital	59,7%	48,4%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	16,6%	20,4%
Despesas Correntes / Despesas Totais	68,7%	75,9%
Despesas Capital / Despesas Totais	31,3%	24,1%



Em termos das rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, pode-se verificar no quadro acima que, em termos orçamentais, diminuiu o seu peso relativo no total das despesas correntes. Sobressai ainda, a rubrica Investimento com um decréscimo de 18,9%, quando comparado com a ano de 2005.



Quadro n.º 35

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas

Rátios	2005	2006
Despesas com Pessoal / Receitas Correntes	42,6%	39,3%
FGM+FBM+FCM / Despesas Totais	27,1%	28,1%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	112,5%	117,6%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	72,2%	61,7%
Receita Total / Despesa Total	99,9%	104,2%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	21,0%	9,6%
Impostos Directos / Despesa Total	45,1%	55,7%

As transferências provenientes do orçamento de estado cobrem 28,1% da despesa total. Já os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, decresceram cerca de 54%, no total das despesas, o que revela a diminuição do recurso ao crédito.

O peso relativo dos impostos directos no total de despesas sofreu um acréscimo de 23,3%, entre 2005 e 2006, podendo-se também constatar que 55,7% do total da despesa ter sido assegurada pelos mesmos impostos.

Segundo a regra do equilíbrio substancial do orçamento, as receitas correntes deverão ser pelo menos iguais às despesas correntes, pelo que não deverão afectar-se receitas de capital ao financiamento de despesas correntes. Deste modo, no exercício económico de 2006 registaram-se os seguintes valores:

Quadro n.º 36

Resumo da Execução Orçamental da Receita e da Despesa

	Valor
Receitas Correntes	45.864.137,63
Despesas Correntes	38.993.951,05
Saldo Corrente	6.870.186,58
Receitas de Capital	7.644.881,84
Despesas de Capital	12.392.356,48
Saldo Capital	-4.747.474,64
Outras Receitas	14.352,99
Outras Despesas	0,00
Saldo Total	2.137.064,93
Saldo Inicial	1.431.823,27
Saldo Final	3.568.888,20

(em euros)



Assim, conclui-se que, as receitas correntes são superiores às despesas correntes em 6.870.186,58 €. O Município utilizou 85% destas receitas para financiamento corrente e os restantes 15% direccionou-se para investimento e reforço da tesouraria.

Desta poupança corrente, o Município utilizou em Investimento 4.747.474,64 €, sendo o remanescente acumulado ao saldo inicial, 1.431.823,27 €, apurando-se um saldo final da gerência de 3.568.888,20 €.

b)

Indicadores de Natureza
Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente, os bens de domínio público (que representam cerca de 76% do activo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Rácios da Estrutura do
Balço

Apesar destas limitações, estes indicadores permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.


Quadro n.º 37
Rácios da Estrutura do Balço

Rácios	2005	2006
Estrutura do Activo		
Imobilizado / Activo Total	99,4%	98,3%
Circulante / Activo Total	0,6%	1,7%
Estrutura do Passivo		
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo / Passivo	76,6%	69,6%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo / Passivo	11,6%	19,9%
Análise da Dívida a Terceiros		
- Coeficiente de Endividamento a Curto Prazo		
Dívidas a Terceiros Curto Prazo / Fundos Próprios	2,4%	4,5%
- Coeficiente de Endividamento a Longo Prazo		
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo / Fundos Próprios	16,2%	15,6%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades / Dívidas a Terceiros Curto Prazo	26,5%	28,8%
Circulante / Dívidas a Terceiros Curto Prazo	31,9%	46,6%
Índice de Solvência		
Dívidas a Terceiros / Activo Total	15,4%	16,4%



Da análise aos rácios da estrutura do Activo, é demonstrado um aumento do peso do Circulante, determinado pelo crescimento do valor das Disponibilidades para o dobro do verificado no ano de 2006 e pelas Dívidas de Terceiros - Curto Prazo, em detrimento do Imobilizado que praticamente não registou grandes alterações, exceptuando-se os Investimentos Financeiros que obtiveram uma variação positiva de 47%.

No que se refere à estrutura do Passivo, há a realçar que o peso da Dívida a Terceiros – Curto Prazo, sofreu um aumento substancial, devido à implementação de uma correcta contabilização da mesma, que em 2005 apresentava um valor de 7.941.820,66 € e em 2006 apresenta 14.622.144,34 €. Isto mesmo pode ser corroborado também nos rácios referentes à Análise da Dívida a Terceiros: enquanto que o Coeficiente de Endividamento a Curto Prazo passou de 2,4% para 4,5%, o de Médio e Longo Prazo sofreu uma ligeira diminuição, de 16,2% para 15,6%.

 Indicadores de Gestão Patrimonial

Quadro n.º 38
Indicadores de Gestão Patrimonial

Indicadores	2005	2006
Liquidez Geral (Circulante / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo)	0,32	0,47
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	4,73	4,45
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Activo Total)	82,6	81,7

Pela observação do quadro n.º 38, podemos verificar que o rácio de Liquidez Geral, que mede a capacidade do Município para, utilizando as disponibilidades, fazer face aos compromissos assumidos com os terceiros de curto prazo, teve uma melhoria de cerca de 15%, em 2006 por comparação com o ano anterior, no entanto, apesar da referida melhoria, o valor do rácio mantém-se inferior a 1%. A evolução positiva do rácio justifica-se pelo aumento nominal do circulante (Disponibilidades) que mais do que compensou o aumento verificado nas dívidas a terceiros de curto prazo. As dívidas a terceiros de curto prazo representando 14.622.144,34€ não estão cobertas pelo montante das existências e das disponibilidades que totalizam 6.811.465,56 €.

A estrutura do financiamento do município pode ser analisada, através do indicador de autonomia financeira, que apresenta um valor de 81,7 % para o final do ano de 2007, constituindo este indicador um grau de autonomia confortável face a credores.



Aplicação dos Resultados

6

a) Proposta

Em conformidade com o ponto 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84/2002 que aprovou o POCAL, a Câmara Municipal propõe que o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2006, no montante de 2.749.392,06 € e que se encontra evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, seja aplicado da seguinte forma:

- Reforço da Reserva Legal, em 137.469,60 € correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício;
- O restante, no montante de 2.611.922,46 €, para incorporação na conta 59 – “Resultados Transitados”.